



O SR. PRESIDENTE (Celso Pansera. PT - RJ) - Bom dia.

Senhoras e senhores, peço escusas pelo atraso, mas estávamos em outra reunião, em uma Comissão que estava analisando as criptomoedas, e tínhamos que dar presença no plenário, que desde cedo está aberto, em atividade. Por isso atrasamos alguns minutos. Peço escusas a todos, já que todos os nossos palestrantes já chegaram.

Declaro abertos os trabalhos da 26ª Reunião Ordinária de audiência pública da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, em 5 de dezembro de 2018, que tem por objetivo discutir o papel do Governo e da iniciativa privada nas pesquisas de inovação.

Informo que esta audiência pública foi convocada em virtude da aprovação do Requerimento nº 317, de 2018, de autoria dos Deputados Odorico Monteiro e Celso Pansera, subscrito pelos Deputados Sandro Alex e Luiza Erundina.

Informarei aos senhores os procedimentos a serem adotados na condução dos trabalhos. Os expositores terão o tempo de até 10 minutos para fazer suas exposições, não sendo permitidos apartes. Encerradas as apresentações, será concedida a palavra ao Parlamentar inscrito por até 3 minutos.

A lista de inscrição ficará disponível na mesa de apoio à minha direita. Eu sempre gosto mais da esquerda, Deputado Izalci, mas estar à direita não representa problema.

Os palestrantes disporão do mesmo tempo de até 3 minutos para resposta. No final do debate, as apresentações em multimídia serão disponibilizadas para consulta na página eletrônica da Comissão.

Informo ainda que, em razão do número de palestrantes, dividiremos o debate em dois blocos.

Eu queria propor o seguinte: como vamos fazer a reunião ordinária e depois a deliberativa da Comissão e temos sete palestrantes, nós vamos abrir uma Mesa com quatro palestrantes e, encerrada essa Mesa, nós abriremos a segunda Mesa. Pode ser? Em seguida, abriremos o debate concedendo a palavra aos Parlamentares e depois aos palestrantes, para responderem. Pode ser dessa forma? E aqueles do público que quiserem fazer perguntas poderão encaminhá-las por escrito também à direita da mesa.

Então, vou formar a primeira Mesa. Convido para compô-la o Sr. Jorge Mário Campagnolo, representando o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; o Sr. Ronaldo Souza Camargo, Presidente da Financiadora de Inovação e



Pesquisa — FINEP; o Sr. Newton Hamatsu, também da FINEP; e Priscila Lellis, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — CAPES.

Antes de dar início às falas dos palestrantes, gostaria de registrar a presença da Sra. Maria Cristina Russo, Diretora para Cooperação Internacional, da Direção Geral de Pesquisa e Inovação da União Europeia; do Sr. Alejandro Zurita, Ministro Conselheiro Chefe do Setor de CTI da Delegação da União Europeia no Brasil; e da Sra. Laura Maragna, assistente do Setor de CTI da Delegação da União Europeia. Obrigado a todos pela presença.

Concedo a palavra ao primeiro orador, Sr. Jorge Campagnolo, do MCTIC, por até 10 minutos.

O SR. JORGE MÁRIO CAMPAGNOLO - Bom dia a todos. Sr. Presidente, obrigado pelo convite.

Vou falar aqui sobre inovação representando o Ministério.

(Segue-se exibição de imagens.)

Para entender a inovação, o financiamento, eu represento aqui a inovação com 3 círculos. E a inovação é uma implementação que está associada ao mercado. Então, uma demanda de mercado significa mudar o comportamento do mercado.

Uma inovação se dá basicamente na empresa que está associada ao mercado. Assim, a inovação ocorre basicamente na iniciativa privada. Por outro lado, para eu fazer essa implementação, eu também preciso do conhecimento da ciência e tecnologia lá das ICTs. Dessa forma, trata-se de um processo, que vai da ciência e tecnologia até a inovação na empresa.

Eu preciso de recursos humanos, de talentos. Isso é muito importante — está aqui a CAPES. Os talentos são muito importantes para a inovação, mas nós temos que trabalhar fortemente na interação das instituições de ciência e tecnologia com as empresas — está aqui a EMBRAPA. Temos que trabalhar fortemente na criação de novos negócios, no empreendedorismo, e temos que trabalhar fortemente também nos ambientes promotores de inovação. Ninguém melhor do que a Francilene para saber disso. Em todo esse processo o fomento público permeia, desde lá da ciência até a inovação para sair no mercado.

Eu construí aqui um gráfico em que coloquei o nível de maturação tecnológica. Esses níveis, que vão de 1 a 9, são conhecidos. À medida que vai aumentando o nível de



maturidade tecnológica, o que vai acontecer? O risco diminui. Como eu disse no quadro anterior, vem lá da ciência básica, da aquisição do conhecimento, até o desenvolvimento do negócio lá nas empresas.

A participação do Governo é maior à medida que o risco tecnológico é maior. Nos primeiros níveis de maturidade, a participação do Governo deve ser mais ampla. E essa participação do Governo vai reduzindo à medida que cresce o nível de maturidade tecnológica.

E o gráfico seguinte mostra o contrário. A participação na iniciativa privada é menor no nível de maior risco tecnológico e aumenta aqui no maior nível de maturidade tecnológica. Então, é fundamental a participação do Governo dentro desse processo de inovação, que se dá basicamente na iniciativa privada, mas que começa com uma forte participação de Governo.

Tivemos a aprovação do nosso marco legal. Ele foi criado e regulamentado este ano exatamente para facilitar as relações público-privadas em ciência, tecnologia e inovação. No Brasil, como eu disse, a ciência, que é necessária para inovação, está lá em nossas ICTs, em nossas universidades, em nossos institutos, prioritariamente públicos. Nós vemos que há necessidade de um novo marco legal exatamente para facilitar que o conhecimento possa ser transferido mais facilmente para as empresas onde ocorre inovação. A inovação são negócios. Há necessidade de muita agilidade, no nosso marco legal, a simplificação de procedimentos para a realização desses projetos de ciência, tecnologia e inovação.

No marco legal, há um leque de instrumentos para apoio às ICTs, às universidades e aos institutos como também às empresas. Sai da ciência vai até a inovação nas empresas. Esse leque de instrumento permeia todos os níveis de maturidade tecnológica. Basicamente o não reembolsável para as ICTs, as bolsas, com menor nível de maturidade tecnológica. Nós também temos instrumentos para as empresas porque a inovação se dá basicamente nas empresas.

Temos o crédito, a FINEP, o BNDES, a subvenção econômica e parte de capital de risco, renda variável e incentivos fiscais importantes. Então, o grande instrumento de apoio à inovação hoje, talvez o principal instrumento de apoio à inovação hoje no País sejam os incentivos fiscais. Regulamentamos muito bem a encomenda tecnológica, que pode ser também um grande instrumento de apoio à inovação do País, assim como o



poder de compra do Estado. Não devemos esquecer os programas de aproximação universidade-empresa, como eu comentei. Precisamos utilizar mais as nossas ciências. Então, o marco legal ratificou um leque importante de instrumentos. Ele vai atingir praticamente todos os níveis de maturidade tecnológica nesse processo de inovação. É importante a FINEP no crédito, na subvenção, na renda variável.

Hoje dentro do Ministério o grande financiamento, boa parte daqueles instrumentos sai com recurso do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que foi instituído exatamente para dar apoio financeiro aos programas prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico nacionais. Ele foi fundamental na implantação da infraestrutura de pesquisa no País. São 16 fundos setoriais. Um fundo específico para a infraestrutura, o CT-Infra, foi fundamental para a infraestrutura. Ele também apoia a interação universidade-empresa.

Nós temos hoje uma arrecadação no FNDCT de cerca de 4,5 bilhões; 25% vai para o crédito, o restante vai para os outros instrumentos. Desse restante, praticamente 70% estão contingenciados. O grande desafio é tentar dar um fôlego ao FNDCT. Eu citei aquele leque de instrumentos que pega todos os níveis. O grande financiador é o FNDCT. Nós temos aqui um grande desafio a ser vencido: a recomposição do FNDCT.

Como eu disse, um instrumento importantíssimo é a renúncia fiscal, os incentivos fiscais. Nós temos a Lei do Bem, que tem quatro capítulos. O capítulo III da Lei do Bem é específico exatamente para o apoio à inovação nas empresas. Esse é um instrumento que temos que tratar com carinho e preservar, porque talvez seja o principal instrumento hoje para o financiamento de P&D para inovação nas empresas.

A ideia da participação do Governo é sempre a participação no risco tecnológico. A P&D da Lei do Bem é exatamente aquela renúncia fiscal. Você abre mão de impostos para as atividades que tenham risco tecnológico, que é a pesquisa básica, a pesquisa aplicada, o desenvolvimento tecnológico. Não atua na linha de produção, pesquisa de mercado. Então, é um instrumento importantíssimo para compartilhamento de risco de P&D nas empresas. A Lei de Informática também incentiva a P&D nas empresas, abrindo mão de impostos, mas é redução de IPI de produtos incentivados. Agora, também mais um adicional de incentivo à P&D nas empresas, o Rota 2030, para o setor automobilístico. É mais um instrumento. A Lei do Bem é para todos os setores, informática para o setor de informática, o Rota 2030 para o setor automobilístico.



É importante também ter programas de aproximação. O Brasil implantou vários programas. Muitos deles estão funcionando. Começa lá do SBRT — Serviço Brasileiro de Respostas Técnicas, um importante instrumento para os empreendedores, e termina com a EMBRAPII, um dos últimos programas criados para tentar essa aproximação do conhecimento com os negócios. Não vou falar da EMBRAPII. Hoje são cerca de 40 unidades credenciadas atendendo demandas empresariais. É essa aproximação. Boa parte dessas unidades são em universidades e institutos. Foi criada para facilitar essa aproximação. O Prof. Jorge Guimarães vai falar fartamente sobre um programa cujos resultados dão uma certa confiança nesse programa.

Os ambientes promotores de inovação são um programa com o qual o Governo tem que se preocupar, criar ambientes que facilitem a aproximação entre o conhecimento e os negócios. São incubadoras, parques tecnológicos, aceleradoras para os laboratórios abertos. Então, é muito importante. E, como eu disse, o financiamento daqui, o objetivo do programa é fomentar a consolidação, o surgimento de ambientes promotores de inovação. E os recursos vêm, nesse processo, lá do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — FNDCT. E aí, como temos recursos limitados, estamos com dificuldades de investir nesses ambientes. Mas são programas que temos de olhar com carinho porque, realmente, trazem resultados importantes para o desenvolvimento econômico e social do País.

Para encerrar — sei que o meu tempo está se esgotando —, quero dizer que criamos agora um novo programa voltado ao empreendedorismo. Então, há uma parceria com FINEP, CPNq, CAPES, CONFAP, exatamente para criar o Programa Nacional de Apoio à Geração de Empreendimentos Inovadores a partir do conhecimento gerado nas instituições de ciência e tecnologia. Quer dizer, era um vácuo que tínhamos no Governo Federal. Não havia nenhum programa que apoiasse a ideia lá dentro da universidade, dentro do instituto, para formar o aluno de mestrado, doutorado, ou mesmo de graduação, na área empresarial, e ajudá-lo a transformar uma boa ideia num novo negócio, numa nova *startup*.

Então, é um programa nacional que lançamos agora. É uma parceria, então. Está aqui a FINEP. É um importantíssimo programa. Há 21 Estados participando. Este também é um foco importante, porque nós devemos olhar se queremos, realmente, melhorar a inovação do País. Acreditamos que o Programa Centelha vem no sentido de mudar um



pouco a cultura dentro das nossas Instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação — ICTs. Quer dizer, sair um pouco daquela cultura acadêmica e olhar também que o que se produz de conhecimento pode se transformar em novos negócios, novas *startups*.

Era isso.

Eu fico à disposição de todos.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Celso Pansera. PT - RJ) - Obrigado, Campagnolo.

Agora vai falar o Sr. Ronaldo Camargo, Presidente da FINEP.

Peço ao pessoal do apoio para registrar o tempo.

Registro a presença da Deputada Luiza Erundina, subscritora do requerimento; e do meu parceiro aqui, o Deputado Odorico, que fará a Presidência da segunda Mesa.

Vamos lá então, Sr. Ronaldo Camargo.

O SR. RONALDO SOUZA CAMARGO - Bom dia a todos. Bom dia, ex-Ministro e Deputado Celso Pansera; Deputado Odorico Monteiro, grande amigo e grande incentivador da ciência, tecnologia e inovação, que já esteve conosco várias vezes na FINEP; demais Deputados; Deputada Luiza Erundina, que não me reconheceu, mas, no seu Governo, no Município de São Paulo, eu fui Gerente de Engenharia de Trafego da Companhia de Engenharia de Tráfego — CET, com o Ailton Brasiliense Pires. A senhora deu um sorriso, mas não me reconheceu. Eu sou o Ronaldo Camargo. (*Risos.*)

A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL - SP) - Faz muitos anos.

O SR. RONALDO SOUZA CAMARGO - Exatamente. Não vamos falar quantos anos faz, senão o pessoal vai descobrir a nossa idade.

O SR. ODORICO MONTEIRO (PSB - CE) - Eu era residente ainda.

O SR. RONALDO SOUZA CAMARGO - Era residente, é verdade! (*Risos.*)

Cumprimento os nossos parceiros, o Campagnolo, que está representando o nosso Ministro Gilberto Kassab, o Jorge Guimarães, Presidente da importantíssima EMBRAPPII, a Gianna, grande parceira da CNI, a Francilene, sempre presente nestes debates, os demais Deputados, Senador futuro e meus colegas de diretoria.

Eu fico bastante feliz, Deputado Pansera e Deputado Odorico Monteiro, porque já tive a oportunidade de estar nesta Casa tanto quando representava a área do Ministério da Justiça, quanto a do Ministério das Cidades e agora venho pela FINEP. Eu nunca vi



uma Comissão efetivamente tão presente, vamos dizer assim, e com tantos Deputados presentes.

Já estava programado com a Secretaria da Mesa, até vou pedir licença para cumprimentar a Maria Cristina Russo e o Alejandro Zurita, que ontem estiveram em uma reunião e jantar conosco. É um dos propósitos do nosso planejamento de expansão com a comunidade europeia e também é um dos fatores que nós vamos colocar aqui para os senhores conhecerem.

Antes de mais nada, eu gostaria de passar um filme da FINEP, de 4 minutos, um institucional sintético. Eu vejo que algumas pessoas aqui não são da área e eventualmente não conhecem muito detalhadamente a FINEP. Ela possui 51 anos e atua muito fortemente no Brasil com esse propósito e essa missão muito difícil de interligar todos os nossos coirmãos no Ministério da Ciência e Tecnologia, em prol da inovação, da pesquisa e do desenvolvimento do País.

(Exibição de vídeo.)

O SR. RONALDO SOUZA CAMARGO - Bom, basicamente, com esses poucos 4 minutos, dá para entender esses 51 anos de vida e a função da FINEP nesta arquitetura estrutural da ciência e tecnologia nacional.

É muito importante salientar — eu vou ser bastante breve —, nestes 2 anos e pouco, que a FINEP possui dois chapéus: um é o que o Campagnolo colocou muito bem, o FNDCT. Nós somos os secretários executivos do FNDCT. Infelizmente todos os Deputados aqui sabem que o contingenciamento, a cada ano que passa e a cada orçamento que passa, tem invertido a necessidade efetiva dos investimentos em inovação. Infelizmente, desses 4 bilhões e pouco que o Campagnolo colocou, nós temos apenas destinado efetivamente para o CNPq e para a FINEP atuarem em inovação 1 bilhão e 200 milhões este ano, sendo que nós cumprimos 950 milhões apenas, por questões de contingenciamento e assim por diante.

Isso é um absurdo! Já tivemos investimentos de até 4 bilhões e 300. Então, todos sabemos bastante sobre isso. O Deputado Celso Pansera, desde o início, vem batalhando nisso, na Comissão, como também o Deputado Odorico, enfim, a Casa está bastante ciente desse fator. É muito dificultoso para o Brasil decolar em todos os aspectos. Esse é um dos chapéus da FINEP.



O outro chapéu é um referencial tema propriamente dito: o papel do Governo Federal na iniciativa privada. Em relação às pesquisas de inovação, há 2 anos e pouco, em função dessa criticidade orçamentária do FNDCT, nós invertemos a direção da FINEP. Nós ampliamos a FINEP no sentido de descentralizá-la no Brasil. Então, nós montamos escritórios regionais de maneira a estarmos na ponta de todos os Estados, oferecendo inovação e vendo cada característica nacional. Inauguraremos, no próximo dia 19, o nosso último escritório na Região Norte, em Belém do Pará.

Além disso, nós fizemos da empresa um potencial de captação bastante grande. Hoje os nossos desafios em venda em parceria com as empresas é de 3 bilhões e 850 milhões, tentando gerar uma inovação bastante eficaz. Isso nos traz uma estabilidade inclusive com algumas captações históricas em âmbito mundial, como por exemplo a captação de 1 bilhão e 500 milhões do BID para inovação, a maior do mundo para a ciência, tecnologia e inovação.

Dentro desses princípios todos, a aproximação com a economia privada tem se deslocado e se juntado um pouco mais com a universidade, com os ICTs e assim por diante.

De qual maneira? A FINEP também criou algumas linhas de crédito reembolsáveis que atraem essa facilitação, por exemplo, a linha Conecta, que nós vamos ver com o assessor Newton. Ele vai fazer uma apresentação bastante rápida. É um grande diferencial, em função dessa deficiência que nós temos no FNDCT, de se atrair as universidades, os cientistas, no sentido de estarem juntos com a empresa. Cientista sabe fazer ciência, empresa sabe fazer empresariamento e futuro. Então, nós imaginamos que os dois juntos e o Governo Federal, por meio desses vários institutos e instituições do Ministério da Ciência e Tecnologia e também da FINEP, podem ancorar essa decolagem com maior velocidade.

Fundamentalmente eu volto a falar só para encerrar a nossa colocação, mas eu gostaria que o Newton, em 10 minutos, fizesse uma apresentação de eslaides, detalhando um pouco mais a questão técnica que nós desenhamos.

Eu gostaria também de convidar o Deputado Celso Pansera, o Deputado Odorico e os demais Deputados para o próximo dia 12, aqui em Brasília, no Ministério da Ciência e Tecnologia, às 14 horas, quando nós daremos posse — hoje foi publicado pelo Ministro Gilberto Kassab — ao Conselho Consultivo da FINEP. É um conjunto de representantes



da economia privada, da área científica do Brasil inteiro. Eles discutem e são consultados sobre os próximos passos da FINEP. Então, coincidentemente foi hoje a publicação do Ministro, e nós faremos a primeira e última reunião do ano. Nós restabelecemos, depois de muitos anos, o Conselho Consultivo na FINEP. Este ano, nós estamos renovando o Conselho, para que, nos próximos 2 anos, ele dê continuidade ao que foi feito, sempre ouvindo todas as entidades ligadas à ciência. Então, esperamos a presença dos representantes aqui da Comissão, que têm ajudado muito na questão de inovação, ciência e tecnologia. Repetindo, no próximo dia 12, quarta-feira, no Ministério da Ciência e Tecnologia, Anexo V, no 5º andar, Sala do Conselho, esses conselheiros e seus suplentes tomarão posse, em consonância com o Ministro e com a Diretoria Plena da FINEP.

Por favor, Newton.

O SR. NEWTON KENJI HAMATSU - Bom dia a todos. Bom dia, Deputado Celso Pansera, Deputado Odorico Monteiro, Deputada Luiza Erundina e a todos os demais presentes.

(Segue-se exibição de imagens.)

Vou fazer uma breve apresentação da FINEP, primeiro, em um contexto internacional. Eu acho que quase todos devem estar acompanhando esse cenário. Hoje nós temos uma corrida tecnológica bem grande. Estados Unidos e China estão disparando em investimentos em P&D. A China inclusive está quase se aproximando dos Estados Unidos. Diversos países principalmente europeus e também alguns países asiáticos estão um pouco atrás, tentando achar alternativas de como se equiparar a esses países que estão na frente.

Só uma curiosidade, neste ano, a Alemanha criou duas novas agências de inovação: uma com foco em inovações disruptivas, com orçamento anual de 1 bilhão de euros; outra com foco mais em defesa. O Reino Unido, País mais liberal do mundo, com a origem do liberalismo, fundou um banco de desenvolvimento focado em inovação, com orçamento anual de 13 bilhões de libras. Criou também uma superagência de inovação, com orçamento de 6 bilhões de libras. A França também criou uma nova agência este ano. O Presidente Macron já declarou que vai criar uma outra.

Então, o mundo inteiro está procurando alternativas de como investir mais em P&D, como fazer mais inovação, porque, é claro, a inovação é importantíssima, a inovação é a



motora do crescimento e do desenvolvimento. Isso é um grande consenso. E também é um consenso que o Estado deve apoiar essas atividades, porque são obviamente atividades de alto risco tecnológico e financeiro. Elas demoram para maturar, geram muitas externalidades. Todo financiamento em inovação tem dificuldade em garantias, porque são basicamente ativos intangíveis. É diferente de financiar um prédio em que o próprio prédio já é a garantia. São ativos intangíveis, é conhecimento, e também, é claro, são passíveis à cópia.

Então, todos esses fatores e demais fazem com que o setor privado sozinho não invista o suficiente em P&D e Inovação. Por isso, o Estado precisa financiar muito, e todos os governos têm feito isso, têm procurado fazer isso.

Mostrando um pouco desse panorama do financiamento da atividade de P&D nas empresas, esse gráfico da OCDE mostra uma comparação de 35 países, como era em 2006 e como ficou em 2014. Dos 35, 27 aumentaram muito o financiamento. Por exemplo, na França, o financiamento público à inovação nas empresas — é o terceiro País — saiu de 0,25% do PIB para 0,4%. Em alguns países, a elevação foi ainda maior. Então, é uma grande corrida. Todos os países têm tentado ampliar o apoio à inovação e ao P&D empresarial.

É claro, a inovação, como nós falamos, é um elemento complexo, é um processo que não é simples, e nós dependemos de um ecossistema bem estruturado. Todos os países que conseguem inovar mais são os que têm um ecossistema mais bem estruturado.

Ele é formado por várias questões, como, por exemplo questões macroeconômicas, políticas, capital humano, mas ele é muito formado também pela capacidade de pesquisa do país, por mecanismos de transferência de tecnologia do setor público para o setor privado, por mecanismos de estímulo ao empreendedorismo e também por financiamento à inovação. Todos esses fatores levam o país a ser mais ou menos inovador. O papel da FINEP, como nós já vimos no vídeo, é alimentar e estruturar cada uma dessas partes do ecossistema. É isso que nós fazemos. Eu vou mostrar um pouquinho disso.

Como já foi dito, nesses últimos 15 anos nós investimos mais de 15 bilhões de reais em infraestrutura de pesquisa e também em diversas pesquisas relevantes no País. Nós apoiamos com isso mais de 94% das universidades federais e 87% das universidades estaduais.



E não é só colocar dinheiro. O dinheiro que a FINEP investe dá forma a infraestruturas de maior capacidade e maior porte. Por exemplo, das infraestruturas dos laboratórios que valem mais de 200 milhões de reais no País, metade delas foi apoiada pela FINEP.

Então, o papel da FINEP e do FNDCT com o Ministério é ajudar a estruturar grandes infraestruturas multiusuárias, o que é muito importante, porque há pesquisas que mostram que existem ganhos de escala na pesquisa científica. Quando se trabalha em laboratórios grandes, multiusuários, os pesquisadores produzem proporcionalmente mais. Então, o papel da FINEP e do FNDCT é estruturar essas infraestruturas de maior porte, como nós colocamos, Sirius, reator multipropósito, tanque oceânico, e diversos outros.

Também um estudo do IPEA mostra que as infraestruturas de pesquisa apoiadas pela FINEP são mais bem avaliadas pelos seus próprios coordenadores. Dessas infraestruturas apoiadas pela FINEP, 21% são consideradas melhores ou no mesmo patamar que as melhores no mundo no setor; 38% são consideradas pelo menos avançadas em nível nacional, ou seja, nós estamos falando de 60%. Entre as não apoiadas pela FINEP, só 30% têm essa característica. Então, de fato, são infraestruturas mais hábeis a gerar conhecimento, gerar transferência de tecnologia para o setor privado.

Na questão dos parques tecnológicos, foram 24 parques apoiados nesses últimos 15 anos e 240 milhões desembolsados, mais de 90 incubadoras apoiadas, 105 milhões de reais desembolsados. Nós apoiamos incubadoras de empresas em 21 Estados. Isso é muita coisa. Cito alguns desses parques tecnológicos, por exemplo: o Porto Digital, que eu acho que os senhores conhecem, é um parque referência no País e muda a realidade do Recife e de Pernambuco; o TECNOPUC normalmente é ranqueado como o melhor do País, o Parque Tecnológico de São José dos Campos é referência mundial também na questão aeronáutica; o Parque Tecnológico de Salvador e diversos outros. Então, a FINEP auxilia na formação dessas grandes estruturas.

Na questão de transferência de tecnologia do setor público para o setor privado, que também é um elemento fundamental, a FINEP foi uma peça fundamental para a estruturação dos núcleos de inovação tecnológica, que foram estabelecidos pela Lei de Inovação em 2004. Dos 220 que existem, a FINEP auxiliou 170 até hoje, ou via financiamento, ou via capacitação. Então, foi um apoio muito relevante. Apoiamos também mais de 700 projetos nesse período, envolvendo colaboração entre empresas e



universidades. Via FINEP Conecta, só neste ano nós aprovamos mais de 400 milhões de reais em projetos envolvendo essa cooperação.

Historicamente, nos nossos projetos de crédito reembolsável, 28% dos projetos envolvem parceria entre ICT e empresa, o que também é muito relevante.

Para nós usarmos os dados do País, 6% das empresas que inovam no País fazem parcerias com universidade, e dos nossos projetos de crédito, 28% têm esse conteúdo, o que mostra que esses projetos são mais relevantes, são projetos que envolvem maior complexidade tecnológica.

A FINEP também tem programas para todas as etapas do empreendedorismo, desde a fase da ideia, como o Programa Centelha, que nós estamos lançando com o Ministério agora, até uma fase um pouquinho mais avançada, em que nós temos a subvenção do TECNOVA. Um pouco mais para a frente, o FINEP Startup, o Fundos Inovar, FINEP Inovacred e também as linhas de financiamento direto. E não são quaisquer programas. O FINEP Startup, por exemplo, que nós lançamos no ano passado, é o maior programa de apoio a *startups* no Brasil hoje. Ele dispõe de 400 milhões de reais até 2020. O Inovacred possui as melhores condições de apoio do mercado para micro, pequena e média empresa. As nossas linhas de financiamento direto também possuem as melhores condições de mercado para financiamento e inovação. Nós apoiamos desde o início até o final com as melhores condições, com os maiores programas, e isso é muito relevante. Desde 2004, nós apoiamos mais de 3.500 micro, pequenas e médias empresas inovadoras.

O nosso apoio também foi fundamental para a estruturação do *venture capital*. O *venture capital* e o capital semente são apoiados mundo afora. Até hoje, governos europeus e o Governo dos Estados Unidos têm programas muito ativos para isso. Até 2000 isso não existia no Brasil, quando a FINEP começou o Programa Inovar. O papel da FINEP, então, foi de, até o momento, investir em 33 desses fundos e atrair capital privado para eles. Cada real que a FINEP coloca nesses fundos atrai outros 7 reais, a maior parte deles da iniciativa privada. O dinheiro do FNDCT que nós colocamos na rua está atraindo recursos privados, o que é muito importante. Além disso, é uma ação que também gera lucro para a União, porque o Tesouro Nacional coloca dinheiro para nós colocarmos nos fundos de investimento, e de cada real aportado nesses fundos, volta 1 real e 27



centavos. Ou seja, além de nós estruturarmos a indústria, de fomentarmos empresas e empreendedorismo, a ação ainda dá lucro para a União, o que é muito importante.

Só por curiosidade, dois dos próximos dez unicórnios do Brasil deste ano, conforme a revista *Exame*, saíram desses fundos, a Zenvia e a Resultados Digitais.

Também lançamos, no ano passado, como eu falei, o FINEP Startup, que é um programa muito interessante. Ele se baseia numa experiência de algumas aceleradoras dos Estados Unidos, então ele é um programa muito inovador, que investe via mecanismo de opção de compra, o que até então não existia no Brasil.

Outra coisa muito importante em que a FINEP tem trabalhado muito agora é que, como vocês sabem, a economia cada vez mais é movida pelas cadeias globais de valor, e nós precisamos estimular as empresas nacionais a participarem dessas cadeias, nós precisamos estimular as empresas nacionais a fazerem cooperação tecnológica com empresas de outros países. Então, nesses últimos 3 anos, 4 anos, a FINEP tem avançado muito nessas parcerias. Nós fechamos parcerias e editais com recursos não reembolsáveis com a Noruega, principalmente para a parte de petróleo; com a Suécia, principalmente para a parte aeronáutica; com grupos de países da Europa para a parte mineral e também para editais de temas gerais; Espanha, Canadá, Finlândia. Estamos avançando em outras parcerias que eu não vou querer adiantar aqui, mas temos algumas outras quase fechadas.

Como nós já comentamos, eu acho que o Ronaldo comentou, nós temos para a parte de financiamentos as melhores condições do Brasil hoje. Por exemplo, via FINEP Inovacred, que nós rodamos via bancos regionais, nós temos uma taxa de juros para micro, pequena e média empresa, hoje, de TJLP. Nenhum programa no Brasil tem uma taxa tão favorável a esse público. O objetivo é de fato estimular a inovação nessas empresas. O prazo de pagamento é de até 132 meses. Não existem essas condições no Brasil. É um programa cujo limite nós ampliamos neste ano em mais 1,2 bilhão de reais. Acabamos de fechar uma parceria com o Banco do Nordeste, que ampliou de 22 para 26 os números de Estados atendidos pelo FINEP Inovacred.

No financiamento direto, também temos as melhores condições de mercado de longe. Temos taxas para projetos mais inovadores a partir de TJLP -1,5%, prazo de pagamento até 16 anos. Como a inovação é um processo longo e arriscado, nós damos as melhores condições e os maiores prazos para as empresas.



Um pouco do histórico dos projetos de crédito da FINEP: como eu comentei, eles reúnem uma certa nata dos projetos de inovação do Brasil. Dos projetos apoiados pela FINEP no crédito, 35% têm algum conteúdo novo em nível mundial, ou seja, são inovações muito expressivas. Na média da economia brasileira, apenas 2% das empresas que inovam fazem inovações em nível mundial. Nós realmente estimulamos bons projetos, nós fazemos com que mais empresas consigam inovar com uma abrangência maior.

Um estudo que saiu há 3 semanas do IPEA mostra que os projetos apoiados pelo crédito da FINEP elevam em média em 76% a contratação de pessoal em P&D. Ou seja, ele não substitui recursos privados; na verdade, o crédito da FINEP estimula investimentos adicionais das empresas.

Como o Ronaldo comentou, nós também lançamos algumas ações recentemente mais focadas em alguns setores importantes como IOT, Indústria 4.0, educação, cidades inovadoras, programas no setor elétrico, Conecta, também um programa para a aquisição de no setor de telecomunicações. O objetivo é entender melhor as necessidades setoriais e fazer programas e ações mais específicas para cada um dos públicos.

Nesta imagem, só para ilustrar um pouquinho, estão alguns projetos apoiados. Eu não vou falar sobre eles, mas vemos Sirius, reator multipropósito, torre alta de observação da Amazônia, supercomputador Santos Dumont, tanque oceânico, navios, tanque oceânico da USP, supercomputador do SENAI/CIMATEC, projetos em área espacial, VANTs; o laboratório do LIT, que é referência; satélites, o satélite geoestacionário; todo o apoio à EMBRAER, desde a sua fundação. Nos últimos anos, fizemos mais de 50 convênios com o ITA. Há mísseis, muitos projetos em defesa, Projeto Guarani, radares, então, é muita coisa. O material que está com os senhores tem esses exemplos de projetos e também outros que os senhores podem olhar com um pouco mais de calma. Temos diversos projetos em saúde, biofármacos, vacinas, tratamento de câncer, terapias contra o envelhecimento, esquistossomose, há muita coisa interessante, como um programa contra o vírus da zika.

Esse projeto é superinteressante, a primeira cana-de-açúcar geneticamente modificada no mundo foi patenteada este ano, num projeto também apoiado por nós, então há muita coisa, energias renováveis, petróleo e gás...



Acho que o Ronaldo já adiantou a questão do empréstimo do BID e do empréstimo do KFW. Então, há muita coisa que a FINEP tem desenvolvido e, é claro, o País vai precisar de uma atuação ainda maior, de uma atuação mais ampliada, e é isso o que nós esperamos nos próximos anos.

A FINEP preparou um documento com 15 grandes propostas para o Sistema Nacional de CTI, de forma que a FINEP e o próprio sistema possam endereçar os principais problemas futuros. Nós o entregamos com o material que está com os senhores, e eu também não vou me estender nisso agora. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Celso Pansera. PT - RJ) - Obrigado, Sr. Newton Hamatsu.

Com a palavra o Sr. Ronaldo Camargo, Presidente da FINEP.

O SR. RONALDO SOUZA CAMARGO - Obrigado, Sr. Ministro e Deputado Celso Pansera.

Concluindo a exposição, eu estava aqui comentando com o Deputado Odorico Monteiro sobre essa grande revolução da FINEP, inclusive no sentido de ela operar com *tickets* pequenos, porque a FINEP tinha tradição de fazer operações com *tickets* médios de 30, 40, 50 milhões. Em função de a empresa estar muito sadia e estar gerando muita lucratividade, nós colocamos dinheiro próprio, investindo em inovação, sem subsidiar absolutamente nada com recursos do Governo, do FNDCT, etc. Isso ocorreu no maior programa de *startup* do Brasil. Nós investimos já neste ano 100 milhões de reais, e para os próximos 3 anos, com um grande diferencial: nós financiamos 1 milhão de reais do "vale da morte", e existe a possibilidade contratual de a FINEP se tornar sócia daquele determinado projeto. É um projeto muito eficiente. Já passaram por nossas avaliações, inclusive do mercado externo, de pessoas ligadas a ciência e tecnologia que avaliam esses projetos, mais de 1.280 projetos, e essa revolução nos trouxe também *expertise* no sentido de fazer operações com menores recursos. Nós ampliamos, como foi colocado pelo Newton, a expansão para os bancos de desenvolvimento. Antes a FINEP tinha representantes de inovação para fazer empréstimos menores que 10 milhões em apenas oito Estados da Federação. Hoje, nós temos nos 26 Estados e no Distrito Federal.

Como foi dito aqui também, existe espaço para todo mundo. Todo mundo fala, nós ouvimos passarinho cantar e eu até conversei há 2 meses, 3 meses, com o Deputado Odorico: "*puxa vida, vamos organizar a FINEP junto com alguém ou de uma maneira ou de outra, etc. e tal*". É muito importante abrir mais o caminho da inovação, abrir mais o



caminho da agressividade para o crescimento do País. A FINEP é responsável por 76,3% dos projetos eficazes em inovação P&D do Brasil. A FINEP treina os nossos colegas, por exemplo, do BNDES, a aprenderem inovação. São parceiros nossos. A FINEP treina os bancos de desenvolvimento de todo o País para isso também.

A FINEP hoje é uma empresa de 18 bilhões de reais. Ela tem no seu caixa hoje 445 milhões de reais, ela tem hoje para emprestar 7 bilhões e 200 milhões de reais para emprestar ainda neste ano, se pudéssemos — e, obviamente, para o ano que vem a nova gestão vai sair já com no mínimo 7 bilhões e 200 milhões de reais para investir e emprestar com juros baixíssimos para a economia privada para projetos de renovação reembolsáveis. Ela fechará — este é um dado do mês passado, Deputados — com um lucro de 135 milhões de reais.

Todos esses são números recordes. Pela primeira vez na história, em 2017, a FINEP — e está aqui o Superintendente do FNDCT, Carlos Gutierrez — foi avaliada pela Fitch Ratings. A agência recebeu o maior índice que pode receber uma instituição financeira, e essa avaliação foi repetida este ano. Se V.Exa., Deputado Odorico, quiser comparar a FINEP com uma instituição financeira, verá que ela é idêntica ao Banco do Brasil e ao Banco Central e hoje seria a 18ª instituição bancária do País.

Portanto, nós temos orgulho de ter liderado essa companhia. Tenho certeza absoluta de que a FINEP, juntamente com todos esses parceiros existentes, e mais ainda com aqueles que devem ser criados, trará resultados para a eficiência do Brasil, não só no quesito de inovação, como também no quesito de agressividade que este País possui.

Nós fizemos questão de fechar todos os nossos relatórios de gestão na semana passada para trazê-los à esta Casa, à Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, com a nossa prestação de contas. V.Exas. estão recebendo uma sacola contendo uma caneta, o nosso relatório de gestão, a nossa revista *Inovação em Pauta*, o conteúdo dos 15 pontos que nós acreditamos que poderão ser melhorados pela próxima gestão, para que V.Exas. conheçam um pouco mais o nosso trabalho.

Muito obrigado, Deputado Odorico Monteiro, Deputado Celso Pansera e nobre Prefeita Luiza Erundina. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Celso Pansera. PT - RJ) - Obrigado, Sr. Ronaldo Camargo.



Quero registrar a presença do Deputado Sandro Alex, Vice-Presidente desta Comissão.

Passo a palavra para a representante da CAPES, Sra. Priscila Lelis, Coordenadora da Diretoria de Programas e Bolsas da CAPES.

A SRA. PRISCILA LELIS - Bom dia a todos. Quero, em nome da CAPES e do Ministério da Educação, agradecer o convite.

A CAPES, historicamente, é dedicada a apoiar a formação de recursos humanos, principalmente nos níveis de mestrado e doutorado.

A partir de 2007, a CAPES começou a atuar na publicação de um edital, em parceria com o MCTIC e MDIC, sobre o art. 19-A da Lei do Bem, para estimular a parceria entre empresas, institutos de pesquisa e o Governo Federal — a tríplice hélice. Esse edital está suspenso no momento, mas pretendemos retomá-lo em breve, depois de muita discussão com os parceiros em relação às novas oportunidades fornecidas pela publicação do marco legal.

A partir de 2016, a CAPES estreitou a relação com os parceiros no setor produtivo. Hoje em dia, ela tem cadeira no MEI — Movimento Empresarial pela Inovação, justamente para entender as necessidades do setor econômico, as mudanças que o setor econômico vem sofrendo, a fim de que possamos estimular a formação de recursos humanos de alto nível para atender às necessidades do setor empresarial e do setor produtivo. Portanto, temos participado de todas as reuniões do MEI.

Em 2016, assinamos um acordo, juntamente com a EMBRAPA, o IEL e o CNPq, para a formação de recursos humanos para inovação, por meio do Programa Talentos para Inovação. Há previsão de duas chamadas. A primeira chamada foi concluída este ano, quando foram concedidas 75 bolsas. São dois níveis de bolsa. Essas bolsas têm o valor um pouco mais atrativo do que as bolsas de mestrado e doutorado, justamente para estimularmos a inserção de profissionais nesse setor. Há previsão de uma nova chamada para o próximo ano, com a concessão de 90 bolsas. Esses bolsistas estão atuando nas unidades e nos polos EMBRAPA, em projetos de P&D com empresas, em parceria com instituições de ensino superior.

No âmbito da Coordenação de Programas de Indução e Inovação da CAPES, criada em 2008, atuamos em diversos processos de inovação e projetos emergenciais, como o do zika vírus e o da Bacia do Rio Doce. Portanto, temos estimulado a formação de



recursos humanos em áreas mais estratégicas, mais indutoras. Pretendemos continuar entendendo também as necessidades do setor, para formarmos cada vez mais programas de formação de recursos humanos, em atendimento às necessidades econômicas do País.

Em nome da CAPES e do MEC, eu agradeço o convite. Estamos à disposição para ouvir a Comissão. Entramos recentemente no Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia e passamos a ser reconhecidos, efetivamente, com a publicação do novo marco legal, que considera o financiamento da CAPES nos programas de pós-graduação como parte do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia.

A CAPES atualmente fomenta mais de 4 mil programas de pós-graduação. Entre os 278 mil discentes que temos hoje inscritos nesses programas, a CAPES tem uma cobertura de mais de 90 mil bolsas, o que dá aproximadamente 30% de cobertura nesse sistema. Então, consideramos muito importante o papel da CAPES na formação desses recursos humanos de alto nível, mas sempre analisamos as necessidades do setor para que possamos direcioná-las à formação desses recursos humanos.

Estamos à disposição caso tenham alguma dúvida.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Celso Pansera. PT - RJ) - Passo a Presidência ao querido Deputado Odorico Monteiro, para S.Exa. montar a segunda Mesa e encaminhar os debates posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Odorico Monteiro. PSB - CE) - Obrigado, querido Deputado Celso Pansera.

Gostaria de agradecer a todos que participaram dessa primeira Mesa: Ronaldo, Newton, Jorge e Priscila.

Vamos desfazer, então, a primeira Mesa e iniciar a segunda Mesa. Depois, abriremos um espaço para debates, inclusive com a participação dos que estão aqui presentes.

Gostaria de convidar para tomar assento à mesa o Sr. Jorge Almeida Guimarães, que foi Presidente da CAPES e atualmente é Diretor-Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial — EMBRAPA; a Sra. Gianna Cardoso Sagazio, Superintendente e Diretora de Inovação do Instituto Euvaldo Lodi — IEL/CNI; e a Sra.



Francilene Garcia, Presidente do Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Eu fui bolsista da CAPES em programa de pós-doutorado na Universidade de Montreal, quando Jorge Guimarães era o Presidente da CAPES. Tive esse privilégio.

Vamos então iniciar esta segunda Mesa com o Sr. Jorge Guimarães, da EMBRAPPII. S.Sa. dispõe de 10 minutos.

O SR. JORGE ALMEIDA GUIMARÃES - Bom dia a todos.

É um prazer muito grande estar nesta Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática. Quero agradecer ao Deputado Celso Pansera, à nossa querida Deputada Luiza Erundina, batalhadora de muitas boas causas, e demais Parlamentares.

A EMBRAPPII é uma organização nova, que está no quarto ano de operação, muito pequena e também a mais pobre. Apesar disso, acho que temos feito um trabalho interessante em inovação na empresa. O foco é inovação na empresa.

O segredo da EMBRAPPII foi selecionar grupos qualificados de pesquisa nas universidades e nos institutos de pesquisa, que vieram sendo financiados, ao longo dos anos, pela FINEP, pelas fundações de amparo à pesquisa dos Estados, pela CAPES, pelo CNPq e até mesmo pelo BNDES, os quais se qualificaram, se capacitaram e estão bastante preparados para atuar com as empresas. E, mais ainda, seleciona aqueles grupos em que não há dúvida de que devem e podem trabalhar com empresas. Então, esse é um crivo importante na seleção desses grupos.

Temos hoje 42 unidades. Nós podemos dizer que o que há de melhor em pesquisa aplicada no Brasil é uma unidade EMBRAPPII. Temos centenas de outras unidades que serão selecionadas e credenciadas para essa finalidade.

Esses grupos apresentam para a EMBRAPPII um plano de ação de 6 anos. Vejam bem que não é um projeto; é um plano de ação de 6 anos. O grupo nos comunica quantos projetos poderá desenvolver ao longo dos 6 anos, baseado na sua experiência prévia de atuar com empresas, que é uma exigência fundamental, o que, na verdade, constitui um obstáculo muito grande para outros grupos de pesquisa que são bons em pesquisa, mas não têm nada a ver com empresa, nem querem trabalhar com empresa. Então, esses grupos não são candidatos.



Com isso nós selecionamos esses grupos. É muito competitiva essa concorrência. Fazemos chamadas públicas uma vez por ano. Esses 42 grupos selecionados estão distribuídos no País. Alguns Estados são mais presentes, como é o caso de São Paulo, naturalmente, mas em atuação eu diria que Santa Catarina está bem à frente, Minas Gerais também. Temos também no Nordeste, no Norte, no Centro-Oeste e no Sul outros grupos atuando como unidade EMBRAPPII.

O extraordinário nesse modelo foi a adesão das empresas. O foco é inovação na empresa. Portanto, não financiamos pesquisa básica nem pesquisa própria dos grupos, como vimos aqui vários exemplos, especialmente no caso da FINEP, que atua na empresa, mas também atua no apoio aos grupos de pesquisa. Isso é muito importante. E esses grupos que vieram sendo apoiados dessa forma se capacitaram para ser unidades EMBRAPPII.

Quando começamos, em 2015, havia 10 empresas; hoje, são 430 empresas, sendo 42% delas grandes empresas. Entre as que não são grandes, há *startups*, que também têm um modelo muito forte de parceria com o SEBRAE.

A EMBRAPPII tem parceria com praticamente todos os órgãos que falaram ou vão falar aqui e muitos outros. Cito como exemplo o BNDES, a FINEP, bancos de desenvolvimento estaduais, como o de Minas Gerais, e bancos de desenvolvimento regionais, como o do Nordeste e o do Sul do País.

O modelo agradou, e as empresas aderiram a ele fortemente. Nós tínhamos 10 empresas; passamos a ter 430 depois de 3 anos e meio. Tínhamos 11 projetos; agora temos 600 projetos, dos quais cerca de um terço estão terminados. Há 120 patentes de empresa, porque uma das nossas recomendações, já que patente acadêmica praticamente não é licenciada no Brasil — são raros os casos, e elas vão para a prateleira —, é forçar que a patente seja o mais possível da empresa. E a unidade, naturalmente, discute os ganhos para sua instituição, na forma de *royalties* e outros modelos. Tínhamos 11 milhões de reais aplicados em 2015; batemos um 1 bilhão de reais na semana passada.

Nós não somos um órgão do Governo. A EMBRAPPII é uma organização social, tem *status* de associação privada sem fins lucrativos e se reporta a um conselho de administração que tem 15 membros, metade empresários, metade representantes dos Ministérios. Nosso contrato de gestão inicial com o MCTI e com o MEC prevê a aplicação,



em 6 anos, de 1 bilhão e meio de reais. Isso é muito pouco, diante dos números que aqui vimos há pouco. Na verdade, esse valor, dividido por 6 anos, daria 250 milhões por ano. Mas nós nunca pedimos isso aos Ministérios, porque, para aplicar 250 milhões de reais, pela nossa maneira de operar com a chamada trílice hélice governo-empresa-universidade, nós precisaríamos alavancar mais 500 milhões de reais. Pela primeira vez, para o ano que vem, temos previsão de alavancar os 250 milhões de reais desses Ministérios. Já sabemos que teremos dificuldades com o orçamento do ano que vem, como também tivemos no deste ano.

A EMBRAPII criou esse modelo, que foi bem entendido e está tendo muito boa receptividade por parte das empresas.

Eu pediria para mostrar um vídeo rápido, com depoimentos de empresas, que ilustra bem como o modelo funciona.

(Exibição de vídeo.)

O SR. JORGE ALMEIDA GUIMARÃES - O vídeo dá uma ideia interessante do lado das empresas. Vale ressaltar que algumas características são muito interessantes para esse modelo: primeiro, as parcerias, como eu já mencionei, com a FINEP, uma grande parceira nossa, o CNPq, a CAPES, o SEBRAE, vários bancos; segundo, o fato de que o nosso modelo obriga a triplicar o recurso. Obrigatoriamente, nós temos que triplicar isso.

Então, com o modelo da trílice hélice, é um terço, um terço e um terço. No nosso modelo, um terço vem da EMBRAPII, do contrato de gestão; até um terço vem da unidade, e não é financeiro, são investimentos prévios da Financiadora de Inovação e Pesquisa — FINEP, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq, das Fundações de Apoio à Pesquisa — FAPs, que capacitaram esses grupos e, portanto, estão aptos a entrar com até um terço em infraestrutura; e das empresas, no mínimo um terço. Na prática, são 33% do nosso, 19% das unidades e 48% das empresas. Isso significa que, ao chegarmos a 1 bilhão de reais de aplicação na semana passada, pelo menos 500 milhões de reais vieram das empresas.

Esse é o modelo que a EMBRAPII tem oferecido para a inovação, com algumas características próprias. Por exemplo, as *startups*, a pequena empresa, a microempresa estão dentro da unidade EMBRAPII, ou seja, estão cercadas por 20, 30, 50 pesquisadores seniores qualificados que as ajudam a ir pelo caminho mais certo e mais rápido.



É isso, caro Deputado. É um grande prazer estar aqui mais uma vez.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Odorico Monteiro. PSB - CE) - Obrigado, Sr. Jorge Guimarães. Aos poucos, nós estamos construindo aqui a visão macro do nosso grande ecossistema de inovação. Vamos debater um pouco mais depois.

Agora vamos ouvir o lado empresarial, a CNI. Tem a palavra a Sra. Gianna Cardoso Sagazio.

A SRA. GIANNA CARDOSO SAGAZIO - Bom dia, senhoras e senhores. Eu gostaria de agradecer ao Deputado Celso Pansera e ao Deputado Odorico Monteiro o convite para participar desta audiência. Quero ainda saudar a Deputada Luiza Erundina e os colegas do nosso ecossistema de inovação.

Na minha apresentação, também vou procurar trazer uma visão internacional, comparando o Brasil com o resto do mundo, o que alguns colegas já fizeram. Trago alguns dados que eu sei que muitos dos senhores já conhecem, mas, como há aqui um número grande de pessoas, talvez nem todos conheçam a comparação, por exemplo, que é feita no Global Innovation Index, que é o principal relatório no mundo de inovação hoje.

A CNI e o SEBRAE participam desse relatório por meio de apoio financeiro e na construção metodológica. Na verdade, nós contribuimos para que possamos ter um posicionamento melhor nesse *ranking*, uma vez que ele serve de referência para vários investimentos que são feitos no País.

(Segue-se exibição de imagens.)

Este é o 11º ano de publicação desse relatório, que envolve 126 países — é uma comparação da *performance* de inovação entre 126 países. Nele, reconhece-se que a inovação é fundamental para a indução do desenvolvimento econômico e social dos países. Como eu já mencionei, é uma referência mundial e, com certeza, uma ferramenta para os tomadores de decisão.

Os editores do relatório são a Universidade Cornell, a INSEAD, reconhecida hoje como a principal escola de negócios do mundo, e a WIPO, que é a agência das Nações Unidas para propriedade intelectual.

A estrutura do relatório está assim dividida: capital humano e pesquisa; sofisticação do mercado; instituições; infraestrutura; sofisticação empresarial. Essa é a parte referente a insumos de inovação. Quando aos produtos, temos: produtos criativos e produtos de



conhecimento e tecnologia. Nas subdivisões — e não vou entrar em detalhes, senão teremos aqui a apresentação só do relatório —, temos um número muito grande de indicadores que vão compor, então, esse *ranking* final.

Neste eslaide vemos o *ranking* deste ano. Os insumos eu já mencionei. Vou voltar rapidamente só para registrar bem quais são os insumos: capital humano, pesquisa, mercado, instituições, infraestrutura e sofisticação empresarial, além dos produtos de conhecimento.

Em relação aos insumos, temos aqui o *ranking* dos dez principais países. O Brasil não está nesse *ranking*. Aqui há um item referente a produtos e o índice geral dos dez países mais inovadores do mundo: Suíça, Holanda, Suécia, Reino Unido, Cingapura, Estados Unidos, Finlândia, Dinamarca, Alemanha e Irlanda.

Vamos aprofundar um pouco: onde o Brasil está?

Este eslaide também é interessante, porque mostra a *performance* regional. A América do Norte está em primeiro lugar, seguida da Europa, do Sudeste Asiático, da África e Ásia Ocidental, da América Latina, da Ásia Central e Meridional e da África Subsaariana. Na América Latina, percebam que o Brasil não aparece entre os três países mais inovadores do mundo, e a América Latina está em quinto lugar com relação à *performance* regional.

Nos últimos 8 anos, nós tivemos uma queda de 17 posições nesse relatório, sendo que, de 2017 a 2018, nós conseguimos melhorar, passando do 69º para o 64º lugar.

Aqui estão os *rankings* por insumos e produtos, no caso do Brasil. Eu destaco que o *ranking* da eficiência, este último conjunto, significa como os países convertem os insumos de inovação em produtos de inovação. Nesse *ranking* específico, o Brasil ocupa hoje o 85º lugar, dentre 126 países.

Aqui estão os pilares do Índice Global de Inovação, e ali consta a posição do Brasil em cada um deles. Vou deixar esta apresentação disponível para os senhores, sendo que no nosso *site* temos um estudo detalhado, analisando por que o Brasil está nessa posição.

Eu destaco a ascensão da China. É o único país de renda média que está entre os 20 países mais inovadores do mundo. Hoje ele ocupa o 17º lugar. Os analistas, os pesquisadores que trabalham nessa metodologia dizem que realmente ele não vai parar, e a expectativa é de que continue crescendo muito rapidamente.



Poderíamos até ter mostrado outros relatórios, mas este trata diretamente do tema da nossa discussão aqui. Reconhecemos que muito foi feito nos últimos anos para que fosse possível avançar: a inovação na Constituição Brasileira, o novo marco regulatório, a regulamentação do marco, o trabalho intenso para não haver a suspensão da Lei do Bem, além da busca por aprimorá-la. Mas nossa posição nesse relatório não é compatível com o fato de sermos a oitava economia do mundo. Isso é um alerta para nós, no sentido de que temos que fazer mais e mostrar mais resultado de país.

Esta imagem aqui é só para mostrar a necessidade de recuperação da indústria. Ela vem sofrendo muito ao longo dos últimos anos, e, como os senhores sabem, nenhum setor se relaciona mais diretamente com a inovação do que a indústria. Ela gera muitos empregos, e de qualidade. Então, é preciso estar atento para essa informação e de fato convergir no sentido de construir uma estratégia de país, ter uma visão de país e construir políticas e instrumentos que realmente vão fazer com que se possa evoluir.

Aqui eu mostro, mais uma vez, o que está acontecendo no mundo. O que notamos? Que os países reconhecidos como os mais inovadores do mundo estabelecem prioridades que são construídas em torno de visões de futuro. Isso é comum entre eles. Eles estabelecem estratégias e missões definidas a partir de competências existentes. Então, inovação é uma prioridade de política nesses países, e existe uma concertação público-privada e a estabilidade de recursos. Isso também é comum entre eles.

No lado direito do eslaide vemos o valor de investimento em pesquisa e desenvolvimento no ano de 2017. Os Estados Unidos investiram 533 bilhões de dólares em pesquisa e desenvolvimento no ano passado; a China, 279 bilhões de dólares; o Japão, 202 bilhões de dólares; a Alemanha, 105 bilhões de dólares. Já atualizamos os dados do Brasil para 2016. Estão em torno de 20 bilhões de dólares.

Mostramos um pouco o *gap* que existe com relação aos investimentos que são feitos e a prioridade que é dada para este tema nos países mais inovadores, mas também desenvolvidos, porque a inovação não é um fim em si mesma, e sim uma forma de desenvolvermos os países e gerarmos qualidade de vida.

A ausência de política de longo prazo afeta a capacidade do Brasil de investir. O Brasil está representado por essa linha verde que está embaixo. Se compararmos o Brasil com os outros países, vemos que a posição não é muito favorável.



Temos um padrão de financiamento horizontal, que tende a pulverizar os recursos e reduzir o impacto. Como já foi mencionado antes, este é a redução do orçamento do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Estamos tirando a pós-graduação. Somos superfavoráveis à pós-graduação, mas só queremos mostrar um pouco o tipo de investimento feito que alavanca investimento em recurso privado.

Esta é a redução do orçamento do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, o que também, na nossa visão, é preocupante porque impacta diretamente a capacidade de investimento.

Este é o fomento à inovação empresarial, de 2006 a 2016. Esses dados são produzidos pela FINEP. Foram apresentados na reunião da Mobilização Empresarial pela Inovação. Temos aqui o quadro atual.

Acho que vale a pena mencionar, como vimos a apresentação da FINEP, os recursos disponíveis para crédito. Quando falamos de inovação, do ponto de vista do setor empresarial, é fundamental que tenhamos subvenção. Eu sei que os senhores reconhecem isso, mas é importante frisar, porque, como se trata de inovação e investimento de longo prazo — e os senhores conhecem bem a questão das garantias das empresas, muitas delas já estão comprometidas —, sem a subvenção é muito difícil para a empresa, hoje em dia, fazer um contrato de empréstimo. Isso é dito pelas empresas.

Existem formas inteligentes. Consideramos a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial — EMBRAPPII um instrumento bastante favorável para atrair os investimentos, por sua composição, mas subvenção é fundamental.

Nesta imagem, vemos a situação. Na verdade, não temos a subvenção hoje no Brasil para alavancar mais investimentos. O apoio tem sido via equalização de juros, que superou a subvenção. Esta é também uma situação bastante delicada. Os desembolsos com subvenção retornam aos níveis de uma década atrás.

Se estamos aqui discutindo uma forma de acelerar os investimentos em inovação, dar sustentação para esses investimentos, articular academia e universidades com as empresas, promover de fato o fortalecimento do nosso ecossistema de inovação, é importante deixar registrado que a subvenção é fundamental. Os contingenciamentos que foram feitos ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações ao FNDCT não contribuem nesse sentido.



Este é um retrato do fomento às empresas, em 2015. Pode-se ver exatamente a situação com a Lei de Informática, a Lei do Bem, crédito. No canto, na cor vinho, vemos a subvenção. Estes são dados dos senhores.

Vou falar um pouco da Mobilização Empresarial pela Inovação — MEI, que é coordenada pela CNI — Confederação Nacional da Indústria.

Quem é a MEI? A MEI é um movimento de lideranças empresariais, unidas para fortalecer a inovação no Brasil. Esse é o retrato de uma reunião da MEI, com vários presidentes de empresas e membros de conselhos. A MEI é também esse ambiente de concertação público-privada. Participam autoridades de Governo, presidentes e pessoas em nível estratégico das principais instituições que estão no ambiente de ciência, tecnologia e inovação. A MEI promove essa sinergia entre o setor empresarial, o Governo e a academia.

É importante registrar que nós completamos 10 anos, neste ano. A MEI trabalha também, em última instância, pelo desenvolvimento econômico e social do Brasil. Tem sido reconhecida em fóruns internacionais por sua excelência em governança empresarial pela inovação. O caso da MEI foi escolhido pela Federação Global dos Conselhos de Competitividade — GFCC. No primeiro ano, nós enviamos um *paper* para este fórum, mas, depois desse primeiro ano, temos sido escolhidos todos os anos como um caso de sucesso em governança para inovação.

Neste eslaide mostramos a linha do tempo, a construção desse espaço, que é catalisador de ideias, de debates e principalmente de propostas para fortalecer o ambiente de inovação no Brasil.

A MEI tem, de verdade, dois objetivos principais. O primeiro é o de contribuir com o Governo na formação de políticas de inovação que sejam mais eficazes e que tragam mais resultados ao País. A MEI tem ajudado, por exemplo, no marco regulatório, na questão da inovação na Constituição, na defesa da Lei do Bem, na defesa do aprimoramento da Lei do Bem. Esses são alguns exemplos. Procuramos sempre, com a visão do setor empresarial, apoiar o Governo, fazer junto com o Governo, a fim de que tenhamos um resultado melhor para o País.

Nesse objetivo de contribuir com o Governo para a melhoria das políticas de inovação, nós temos uma agenda de trabalho. Inclusive, na reunião do dia 23 de novembro, a última reunião do Comitê de Líderes, nós entregamos um documento, uma



proposta de agenda de trabalho para 2019 e 2020. Esse documento está no nosso *site*. Estamos recebendo contribuições para essas propostas.

A agenda está assim subdividida: marco regulatório; marco institucional da inovação — na verdade, seria governança da inovação no País; financiamento à inovação; inserção global via inovação; recursos humanos para a inovação; pequenas e médias empresas inovadoras.

Neste eslaide, já aparece claro a criação da EMBRAPPI — Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial. A EMBRAPPI é um *spin-off* da MEI, foi idealizada dentro da MEI. Nos primeiros anos, foi apoiada pela CNI, assim como todo o sistema SENAI. Esse fortalecimento que tem sido feito nos últimos anos foi discutido e fortalecido dentro da MEI. Mais à frente, falarei um pouco mais sobre isso. São 58 institutos de tecnologia e 26 institutos de inovação distribuídos em todo o território nacional, com o objetivo de apoiar as empresas e o setor industrial a promover o seu desenvolvimento e inovação.

Já mencionei algumas das contribuições da MEI às políticas públicas.

Registro que nós já organizamos, junto com esta Casa, dois seminários sobre inovação. Estamos totalmente disponíveis, Deputado Celso Pansera, a organizar outros eventos e trazer representantes do setor empresarial para discutir e mostrar suas visões sobre o que pode ser melhorado e o que pode ser feito para apoiar a inovação no País.

Não mencionei anteriormente, mas é importante a alteração da Receita Federal para isenção de Imposto Renda nos aportes de capital de "investidor anjo".

Nesta imagem, a contribuição para a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação — ENCTI. A MEI também preparou uma proposta. Grande parte dessa proposta foi acolhida dentro dessa estratégia.

Dentro da MEI nós temos alguns grupos de trabalho. Temos um GT na área de financiamento. No âmbito desse grupo, participam aproximadamente quarenta instituições, que fazem parte do seu ecossistema, tais como a FINEP, o BNDES, o Ministério da Ciência e Tecnologia, a EMBRAPPI e outras instituições que têm instrumentos para apoiar a inovação. Nós nos encontramos regularmente.

A MEI produz uma publicação que é atualizada a cada 3 meses, com todos os instrumentos de inovação que estão disponíveis. Também promove a articulação entre esses instrumentos. Temos feito isso já há alguns anos. O Programa MEI Tools tem-se tornado, de fato, uma referência para as empresas que querem e que estão buscando um



instrumento para inovar. Também temos feito alguns *workshops* para treinar as pessoas, facilitadores, para ajudar as empresas.

Temos também na MEI o GT de Engenharias. Como os senhores viram, temos recursos humanos para inovação. Consideramos que engenharia hoje é uma prioridade, pela relevância que tem no processo de inovação. Desde 2015, nós formamos esse GT, que GT é liderado por Mauro Kern, Vice-Presidente de Engenharia da EMBRAER. É composto por alguns CEOs que participam da MEI. A participação é sempre feita por adesão, ou seja, as pessoas que se sentem identificadas com aquele tema podem trabalhar nele. E há reitores de universidades do Brasil.

Um dos produtos desse GT foi uma publicação com recomendações de aprimoramento das engenharias no Brasil. Esse documento foi feito em conjunto com a ADENGE e foi acolhido pelo Conselho Nacional de Educação.

Portanto, essa foi a base da proposta para as novas diretrizes de engenharia, considerando-se que é uma visão do setor empresarial sobre o que precisa ser feito para formar, de fato, engenheiros que estejam alinhados com os impactos das inovações que estão ocorrendo no mundo no setor empresarial. Essa proposta foi feita conjuntamente. Existe uma expectativa de que seja votada o mais rápido possível, talvez até o início do próximo ano. Isso é também uma contribuição da MEI.

Essa é a nossa proposta de aprimoramento da Lei do Bem.

Houve a criação do Comitê Gestor da Sala de Inovação, um trabalho para o qual a MEI se dedicou por muito tempo.

Esses são os programas do INOVATEC.

Neste eslaide, vemos um pouco a situação do Brasil em relação ao mundo em 2015, representada nesse ciclo verde, abaixo. Olhem onde está o círculo do Brasil. Trata-se da evolução da pesquisa e desenvolvimento em países selecionados, pesquisadores por milhão de habitantes, P&D sobre o PIB. O tamanho desses círculos indica o volume de dispêndios em P&D, em milhões de dólares. Verifiquem alguns países como a Coreia. Ela estava aqui embaixo, neste círculo rosa pequeno, e foi lá para cima. Nós estamos mais ou menos ali, estacionados.

O SR. SANDRO ALEX (PSD - PR) - Sr. Presidente, qual é o tempo de apresentação de cada expositor?



O SR. PRESIDENTE (Odorico Monteiro. PSB - CE) - Temos mais uma pessoa para ouvir.

A SRA. GIANNA CARDOSO SAGAZIO - Vou acelerar a minha exposição.

Nós fizemos um grande estudo sobre o impacto das inovações disruptivas da indústria no Brasil. Foram estudados oito *clusters* tecnológicos e dez complexos produtivos. Depois cruzamos as informações de cada um desses *clusters* tecnológicos com os complexos produtivos, fazendo um *benchmarking* internacional e analisando como essas inovações disruptivas já estão impactando a indústria.

Com que objetivo nós fizemos esse estudo? Com o objetivo de orientar as estratégias corporativas, para saber como as empresas devem se preparar para enfrentar essas inovações que já estão nos impactando, e de contribuir com o Governo na formulação de políticas, para nos preparar para o que o está acontecendo no resto do mundo.

Esta é uma síntese da síntese do estudo, porque são mais de 2 mil páginas. São *papers* que estão disponíveis no nosso *site* para serem consultados. Temos neste eslaide o que está ocorrendo de fato. Podemos saber onde essas inovações já estão tendo impacto disruptivo, onde existe um potencial e onde o impacto é moderado. Os senhores podem ver que, na maior parte, essas inovações já estão ocorrendo e estão impactando a nossa indústria.

Deixarei à Comissão a minha apresentação. Fico à disposição, assim como a minha equipe, caso queiram mais informações. Realmente, foi um estudo muito aprofundado, que contou com mais de quarenta pesquisadores do Brasil e do exterior.

Para encerrar, falarei sobre os cinco direcionamentos, ou seja, o que devemos fazer para avançar de fato. Na nossa visão, estas são condições fundamentais para o nosso avanço. A primeira é a priorização da inovação, a priorização no mais alto nível de Governo, com metas compartilhadas com o setor privado. A segunda é o investimento na capacitação de pessoas e empresas — e, eu diria, também das pessoas de Governo, porque as pessoas de Governo também têm que se preparar para o que está acontecendo e ajudar nesse sentido. A terceira é o aumento da capacidade de resposta do Estado. A terceira é o aumento da capacidade de resposta do Estado, através de regulações e fomento pró-inovação, com segurança jurídica. A quarta é a ação por meio de programas e instrumentos coordenados, monitorados, sintonizados às necessidades



das empresas. É esse o trabalho da MEI no sentido de mostrar para o Governo, para o Legislativo, qual é a visão delas e como elas podem inovar mais.

A quinta são as estratégias diferenciadas pelos estágios de desenvolvimento das empresas e ecossistemas.

Eu não tive tempo de mostrar tudo, mas nesse estudo nós consultamos 800 grandes empresas e analisamos qual é o estágio em que elas estão com relação a essa revolução digital que está ocorrendo. E nós constatamos que apenas 1,6% das grandes empresas brasileiras está na geração conectada e inteligente, e a maior parte das nossas empresas está na geração 1 ou na geração 2. Isso significa que precisamos avançar muito rapidamente.

Eu já encerrei.

Agradeço pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Odorico Monteiro. PSB - CE) - Obrigado, Gianna.

Nós estamos com um problema: este plenário só está reservado até à 1 hora da tarde, e ainda teremos reunião deliberativa.

Queria só avisar que quem quiser fazer alguma pergunta por escrito pode solicitar aqui na mesa o formulário.

Vou imediatamente passar a palavra à Francilene, que representa o Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação — CONSECTI, para que fale por 10 minutos.

A SRA. FRANCILENE GARCIA - Obrigada, Deputado Odorico Monteiro. Gostaria de agradecer também ao Deputado Celso Pansera e à Deputada Luiza Erundina, que subscreveu o requerimento de realização desta audiência, pela oportunidade de estarmos presentes.

Na realidade, eu vou fazer algumas complementações, considerando que os meus colegas já colocaram a problemática central tanto do ponto de vista da União, das entidades públicas que aqui se apresentaram, quanto do ponto de vista do segmento privado.

Eu gostaria de acrescentar alguns aspectos relacionados à política estadual de ciência, tecnologia e inovação, uma vez que eu represento aqui o Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação, que, conjuntamente com as Fundações de Amparo à Pesquisa, compõem o Sistema Nacional



de Ciência e Tecnologia. Vou colocar aquelas lentes necessárias no âmbito dos territórios estaduais, que são fundamentais para que, tanto do ponto de vista do fomento público quanto do ponto de vista das ações que são reguladoras localmente, nós possamos estabelecer alguns pontos de equilíbrio em relação aos avanços que tanto almejamos. Então, talvez os pontos que eu venha a colocar sejam um pouco mais na direção de recomendações dentro do espaço, do ambiente do sistema nacional e da participação pública dos Estados.

Eu sou Secretária da Ciência e Tecnologia do Estado da Paraíba, que é um bom exemplo, sobretudo no âmbito da Região Nordeste, de como é factível avançar usando a capacidade científica e tecnológica a partir do ambiente de inovação que nós temos.

Mas há alguns elementos que devemos considerar, porque são fundamentais. Todas as ações da FINEP, como bem colocaram aqui o Ronaldo, o Nelson, a própria EMBRAPPII, que é uma das organizações sociais do MCTIC, e o Campagnolo, não estariam maduras, avançando suficientemente, se não tivéssemos os sistemas estaduais amadurecendo conjuntamente.

Então, é fundamental que entendamos que a capacidade nacional de avanços nessa área passa...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Odorico Monteiro. PSB - CE) - Eu gostaria de solicitar silêncio. Nós entendemos que esta audiência está animada, tem muita gente, e isso é uma coisa boa, mas precisamos de um pouco de silêncio, por favor.

A SRA. FRANCILENE GARCIA - Obrigada, Deputado.

É fundamental que entendamos que a capacidade nacional de avanços nessa área passa necessariamente pela ordenação de prioridades, que devem considerar as agendas estaduais, regionais, territoriais, a exemplo de algumas agendas, hoje, que são extremamente focadas na biodiversidade e nos diferentes biomas que temos no País. É a integração dessas agendas que permite a vinculação de uma política nacional estratégica no setor, por exemplo.

Eu queria destacar que o diálogo da União com os Estados e dos Estados com a União é fundamental. A descentralização dos programas, a exemplo do que a FINEP, a CAPES e o próprio CNPq realizam, talvez tenha sido um dos avanços fundamentais para que tivéssemos maior eficiência na execução dessas ações na ponta, não só ouvindo as



realidades locais, nas suas competências, capacidades e limitações, para que se avance, como também trazendo modelos que premiem uma diversidade que não dá para deixar de lado.

O modelo EMBRAPA, a nosso ver, é um modelo extremamente avançado, porque, na sua lógica de operacionalização, já tem essa flexibilidade. É importante dizer que algumas Fundações de Apoio à Pesquisa — FAPs, como a do nosso Estado, já são parceiras da EMBRAPA nas unidades executoras, nos Estados, obviamente, onde elas já operam.

Então, é preciso que entendamos que o arranjo dessa carteira, independentemente da escassez de recurso e de tudo que já foi colocado aqui por meus antecessores em relação à necessidade de melhorar a nossa capacidade de investimento em ciência, tecnologia e inovação, passa decisivamente pela discussão regional, territorial, onde os Estados têm um papel importante não só em relação às políticas públicas, como também na contrapartida financeira que fazemos em todos esses programas que já foram citados aqui.

Outro ponto fundamental é a definição de prioridades. Na ótica atual, se observamos a própria estratégia nacional de ciência, tecnologia e inovação, veremos que ela determina um conjunto de programas que tem uma avaliação de impacto estratégico nacional e alguns programas mais regionais.

Nós, nos Estados, achamos que esse estabelecimento de prioridades é fundamental não só pela questão das áreas — a Gianna colocou também em relação à iniciativa privada —, mas também pela necessidade de se dar continuidade aos programas sem grandes quebras.

O Ronaldo citou aqui alguns programas operados pela FINEP que tiveram descontinuidade com o tempo não só em relação à subvenção econômica — também colocada pela Gianna —, mas também em relação a alguns programas fundamentais em termos de agendas territoriais.

Então, é preciso que estabeleçamos, à luz do marco legal atual — o Deputado Celso Pansera sabe exatamente o que estamos colocando —, à luz das necessidades de revisão da Emenda Constitucional nº 95, de 2016, como vamos manter uma estratégia de desenvolvimento de políticas públicas em prol da ciência, tecnologia e inovação no País sem tantas quebras, sem tantas descontinuidades. Os indicadores que a Gianna coloca



mostram exatamente a queda que temos tido. Então, esse é um ponto ao qual devemos estar atentos em termos de prioridade.

Nos Estados, estamos fazendo a atualização do marco legal nesse momento. Cerca de oito Estados já estão com seu marco legal atualizado à luz da Lei nº 13.243, de 2016, e do novo regulamento, e temos tantos outros a caminho. Dessa maneira, acredito que em 2019 deveremos ter praticamente todas as Unidades da Federação com a mesma ambiência legal, em sintonia com o novo marco regulatório. Isso é fundamental.

Nesse ponto, chamo a atenção para o fato de que também, no ambiente estadual, com esse novo marco regulatório, temos programas de compras governamentais a serem efetivadas em várias áreas; temos programas que poderão apropriar-se de maneira um pouco mais eficaz e eficiente de programas como o INOVACRED, que é uma das linhas de crédito à disposição para inovação. Dentro do próprio escopo de modelos, como o da EMBRAPPII, temos trabalhado em algumas áreas que são estratégicas nos Estados. É importante que continuemos a evoluir.

Eu queria, de alguma forma, colocar três questões que, a meu ver, são desafios fundamentais, além das restrições orçamentárias que devem ser superadas, para que avancemos nesse tema de maneira mais contínua. A primeira, como eu disse, é a necessidade de se manter em linha uma mesa de negociação em que todos os entes possam discutir, entender onde estão as capacidades de cada um e como é que nos sobrepomos nas agendas nacionais e locais. Acho que a governança disso é feita pelo Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, que tem todos os representantes, inclusive desta Casa. Então, é importante que mantenhamos o conselho como um ente de governança macro, chamando a atenção daqueles fóruns temáticos e regionais para que tenhamos uma agenda cada vez mais republicana e uníssona. Isso é fundamental.

A segunda questão é que as agendas de fomento aos ciclos — que vão desde o capital semente, passando pela subvenção, crédito, capital empreendedor, capital de risco e outras ações que fazemos junto com as entidades mais acadêmico-científicas — precisam ser negociadas. Não dá para se colocar recurso sem que haja um conjunto de prioridades na mesa, de forma coletiva, discutida, debatida, para que possamos ter as agendas complementares. Dessa maneira, entramos com parte desses recursos no ambiente estadual não só através das FAPs, mas também dos nossos bancos regionais e das nossas agências de inovação. Se não há essa negociação no momento certo, os



programas acabam pipocando numa escala infinitamente inferior do que gostaríamos e talvez em áreas que sejam menos impactantes.

A terceira questão é exatamente esta: avaliação de impacto. Recentemente atingimos 1 bilhão de reais de investimento da EMBRAPPII. Trata-se de um programa que tem gerado um impacto fundamental. Se não me engano com o número que o Ronaldo colocou, a FINEP tem 76% dos projetos de inovação eficientes a partir da sua carteira. Há programas como o Centelha, que traz a possibilidade de iniciarmos novos ciclos nos Estados em parceria com as FAPs, o que é fundamental. Mas, se não tivermos um conjunto de indicadores a perseguirmos continuamente e de maneira integrada, fica difícil até comprovar — em momentos como este, de audiência nesta Casa — de onde estamos saindo, para onde estamos indo e quais os passos que estamos dando. Então, há certa dificuldade em entender resolutividade nessa área.

Eu gostaria de finalizar minha exposição, dizendo que a diversidade que temos no País não pode ser vista como um problema, mas como uma solução em várias áreas das quais temos conhecimento avançado, científica e tecnologicamente falando. Entretanto, precisamos dialogar de maneira mais perene, para que essa agenda seja contínua. Além disso, como eu disse, os Estados têm as lentes locais, porque se aproximam dessas realidades e trazem para fóruns como este a devida noção da realidade e do passo que podemos dar num determinado momento.

Agradeço, mais uma vez, pela oportunidade e coloco o CONSECTI à disposição.
(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Odorico Monteiro. PSB - CE) - Obrigado, Francilene.

Passemos agora à fala dos Deputados.

Terá a palavra, primeiro, a Deputada Luiza Erundina e, depois, o Deputado Celso Pansera, autor do requerimento.

Eu queria, mais uma vez, reforçar a importância do silêncio, embora eu saiba que estão todos animados com este fim de ano. Depois, passaremos às considerações finais.

Quero inclusive registrar a presença dos dois diretores da FINEP: o Rennys Frota e o Márcio Girão, dois cearenses que estão aqui. Há bastantes cearenses nesta sala animada. Inclusive acho importante que os diretores que estão aqui presentes falem nas considerações finais.

Passo, portanto, a palavra à Deputada Erundina.



A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL - SP) - Presidente, colegas, visitantes, quero ser muito breve em razão do avançado da hora. Ainda há outra reunião desta Comissão para votação de algumas matérias.

Inicialmente eu queria destacar a oportunidade de termos mais esta audiência pública sobre este tema. Esta Casa, particularmente esta Comissão, tem sido muito ativa, muito atenta e muito propositiva no levantamento desse quadro que os senhores e as senhoras nos trazem.

Outro dia fizemos, nesta mesma Comissão, uma audiência pública com reitores de universidades e presidentes de centros ou institutos de pesquisa. Percebemos que a temática coloca os mesmos impasses e os mesmos condicionamentos que impedem esse esforço que cada instituição, seja pública, seja privada, vem fazendo ao longo do tempo. Falta, a meu ver, uma política que consiga amarrar e dar unidade a esses esforços, a esses resultados, a um patrimônio construído por essas várias entidades, sejam públicas, sejam privadas, sejam organizações sociais.

É preciso que haja uma condução que unifique esses esforços, articule-os e contribua para a definição de uma política estratégica de desenvolvimento do País, porque isso tudo diz respeito exatamente ao desenvolvimento nacional. É preciso que haja uma ligação mais orgânica dessas instituições que tratam da pesquisa, da ciência e da inovação com quem decide politicamente, porque se trata de uma questão essencialmente política, de estratégia de Estado, e não de Governo.

Tudo isso nos preocupa particularmente devido a essa conjuntura em que se vai iniciar um novo governo com espectro político-ideológico programático diverso do que vem sendo conduzido, a não ser ao longo dos últimos 2 anos. Essa questão tem que estabelecer uma interlocução com o futuro Governo para impedir retrocessos e para impedir a descontinuidade desse esforço fantástico que vem sendo desenvolvido de forma modesta, até pouco publicizada. Isso tem uma relação direta com os avanços do desenvolvimento do País, uma vez que exige mais investimentos públicos na área de ciência e tecnologia, o que lamentavelmente vai piorar com a Emenda Constitucional nº 95, como disse a Francilene.

É preciso, portanto, uma ação política por parte da sociedade civil — e os senhores são interlocutores privilegiados na relação com governos —, no sentido de assegurar que o impacto daquela emenda constitucional seja atenuado, seja evitado, ou que a revoguem



de uma vez por todas. Não dá para se falar em desenvolvimento nacional e desenvolvimento estratégico se há esse estrangulamento de investimentos públicos por um longo período. Imagino ser impossível de se cumprir isso com os 20 anos de vigência dessa emenda.

Essas audiências têm contado com um interesse enorme de alguns Parlamentares desta Comissão, particularmente o Deputado Celso Pansera e alguns de nós, que têm acumulado um conhecimento fantástico a respeito da realidade do nosso País. Eu recomendaria inclusive, Deputado Celso, através da sua intervenção, que se consolidassem essas informações, esse diagnóstico, essa compreensão de um quadro complexo, mas devidamente colocado por quem tem comparecido às várias audiências que V.Exa. tem tido a iniciativa de encaminhar. Creio que isso possa consubstanciar um documento básico desta Comissão, fruto desse esforço que se tem feito nas várias audiências que se promovem aqui nesta Casa. É preciso organizar todas essas informações e usá-las como instrumento de diálogo com quem vai dirigir essa área no futuro Governo, para ver se se parte de uma situação de fato, que é essa que está dada, e não de algo que venha a se imaginar fazer no futuro. Enfim, essa é uma questão que eu gostaria de colocar.

Quero também agradecer pela participação de todos que vêm aqui nos ajudar a compreender essa realidade, que é complexa.

Eu queria também dar uma notícia, não sei se é boa e não sei os desdobramentos disto. Refere-se a essa queixa justa de constantes contingenciamentos dos recursos que se destinam à ciência, tecnologia e inovação. Além disso, como os senhores disseram, há 70% de contingenciamento das verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Numa audiência anterior, até cogitamos apresentar um projeto de lei proibindo o contingenciamento dos recursos dessa área, e me surpreendi porque já há um projeto de lei, de 2017, do Deputado Daniel Vilela, do MDB de Goiás.

O SR. CELSO PANSERA (PT - RJ) - Está sobre a mesa, inclusive com pedido de urgência.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL - SP) - Pois é, vejam bem: esse projeto foi aprovado nesta Comissão, está aguardando relatoria na Comissão de Finanças e Tributação e ainda deve ser objeto de outras Comissões. Ele altera a Lei de



Responsabilidade Fiscal, que é o marco legal que impede que se reajustem os recursos ou permite que se faça o contingenciamento a partir de um certo limite de endividamento, de custeio ou de gastos nos entes federativos ou nos órgãos públicos, ou seja, ele altera exatamente a Lei de Responsabilidade Fiscal, proibindo o contingenciamento de recursos orçamentários do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — FNDCT. Se esse projeto de lei for aprovado, acho que dará uma resposta estrutural ao problema de contingenciamento dos recursos. Não se resolve tudo, porque é preciso ampliar os investimentos que se fazem ano após ano. No plano plurianual, precisa haver uma contemplação mais adequada da previsão desses recursos, o que é feito no início de cada gestão.

Além disso, eu queria também fazer uma indagação ao representante do Ministério da Ciência e Tecnologia. Havia, um tempo atrás, não sei se isso ainda se mantém, um programa de tecnologia social que dava um aporte importante não só de recursos, mas também de conhecimento, de ciência e de tecnologia. Há iniciativas que se dão no âmbito da população, da sociedade civil, através, por exemplo, dos bancos do povo, que desenvolvem atividades de geração de renda e trabalho. Essa pode ser inclusive não uma saída, mas uma possibilidade de se responder em alguma medida o problema do desemprego crescente.

A geração de emprego é difícil numa economia recessiva, além de haver uma incorporação crescente de novas tecnologias que dispensam força de trabalho. É preciso criar outro ambiente e outra atividade produtiva capazes de gerar não emprego formal, mas trabalho e renda, no âmbito municipal, inclusive, contribuindo para o desenvolvimento local. Há uma rede de bancos populares, cerca de 200 no País, que sustentam financeiramente essas iniciativas locais, territoriais, no âmbito dos Municípios. Essa é uma contribuição importante para o seu desenvolvimento. O Ministério tinha um programa voltado para essa área de tecnologia social. Não sei se ainda existe. Se não existir, seria bom resgatar, porque era uma contribuição importante.

Por último, temos que exigir a regulamentação do sistema do microcrédito, da microeconomia, para exatamente permitir essa atividade econômica local, territorial, que é uma alternativa para a geração de renda e trabalho.

Acho que iniciativas como a de hoje, Deputado Celso, poderiam estabelecer uma ponte com quem decide politicamente, para que haja, portanto, uma continuidade desse



esforço que esta Comissão vem fazendo. Tem que haver um rebatimento de quem decide as prioridades do ponto de vista da política mais geral do País, não de curto prazo, de 1 ano, mas ao menos pelo prazo de um governo, para que isso possa ter uma sustentabilidade. Imaginem essas entidades programarem, mesmo anualmente, por um período mais longo, tendo no meio os contingenciamentos! Como planejar as atividades desses organismos com essa realidade?

Enfim, eu quero agradecer. Este foi mais um momento muito rico para que possamos nos subsidiar naquilo que nos cabe aqui, a geração de normas legais, para contribuir com essa política de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação. Mas é preciso criar canais de interlocução e instrumentos políticos para que esse esforço, essa contribuição chegue a quem tem o poder de decidir a política de ciência, tecnologia e inovação em nosso País.

Eu agradeço enormemente e cumprimento o nosso Deputado Celso Pansera, que tem sido muito persistente e muito dedicado nesse esforço que estamos fazendo aqui na Comissão.

Obrigada a todos os senhores e senhoras.

O SR. PRESIDENTE (Odorico Monteiro. PSB - CE) - Obrigado, Deputada Erundina.

Vou passar a palavra para o Deputado Celso Pansera, que é autor do requerimento.

Antes, porém, eu também gostaria de registrar a presença — já registrei a do Rennys Frota e a do Márcio Girão, Diretores da FINEP — do André Godoy, diretor da área de finanças da FINEP.

Tem a palavra o Deputado Celso Pansera, por favor.

O SR. CELSO PANSERA (PT - RJ) - Não é só o Ceará que está presente, não é? Temos o Rio de Janeiro também. *(Risos.)*

É importante, Deputada Luiza Erundina, registrarmos as questões. Temos feito uma sequência de audiências e de ações aqui. Ao longo de 2018, nós fizemos 10 ou 12 atividades nesse sentido, porque é muito difícil fazermos com que o Parlamento funcione nessa área. Ele pode ajudar a inovação e a ciência brasileira.

Por exemplo, hoje nós temos pautada a Medida Provisória nº 851, de 2018, que cria os fundos de *endowments* no Brasil. Ela veio quadradíssima do Governo. Nós negociamos muito, não é, Francilene? A Gianna esteve presente, assim como o Jorge Guimarães e o pessoal da FINEP. Nós nos unimos num grande esforço. Temos um



relatório redondo, bonito, e estamos vendo se conseguimos lê-lo hoje em plenário e aprovar essa medida provisória. Estamos até dialogando com o Governo, dizendo que é um grande legado que o Governo deixa, porque a medida cria uma nova forma de financiamento da produção de conhecimento, ciência e inovação no Brasil, o que é largamente usado fora daqui e é muito eficiente. Ele permite isenções, incentivos para quem investe em fundos permanentes. Estamos numa briga. Eu estava aqui trocando mensagens pelo WhatsApp a manhã inteira com a Relatora, Deputada Bruna Furlan, para ver se conseguimos de fato fazer com que o Presidente Rodrigo Maia paute hoje a MP 851, já que nós temos praticamente um consenso hoje para a votação dessa medida provisória.

Além disso, temos o projeto de lei do Deputado Daniel Vilela, bem lembrado aqui pela Deputada Luiza Erundina. Ele proíbe o contingenciamento de recursos do FNDCT. Este ano, dos 4 bilhões que compõem o fundo, a FINEP e o CNPq receberam menos de 1 bilhão de reais, e a previsão para o ano que vem é o repasse nessa proporção também.

Nós pedimos ajuda aos técnicos da FINEP, Presidente. Os técnicos da área científica ajudaram-nos a elaborar uma emenda substitutiva ao projeto do Deputado Daniel Vilela para não só proibir o contingenciamento, mas também, seguindo a ideia que o Girão tem defendido, mudar o caráter do fundo — para ser um fundo financeiro e deixar de ser um fundo apenas contábil, para se ter esse dinheiro depositado em algum lugar, como é o caso do FAT, criando um comitê que envolva Governo e sociedade para fazer a gestão desse recurso de forma transparente. E eu já consegui recolher com os Líderes, Deputada Erundina, assinaturas para um requerimento de urgência. Ele está sobre a mesa, e eu estou tentando colocá-lo em votação. Semana passada, quando se votou aquele monte de urgências, eu tentei colocá-lo em votação. Nós não conseguimos colocá-lo em votação, mas está sobre a mesa. Outro grande ganho seria votar a urgência, chamar o projeto para o plenário e votarmos a matéria.

Outro projeto de lei muito importante, de minha autoria, destina 25% do Fundo Social do pré-sal para ciência e inovação. Isso tem um valor enorme. Este ano o montante significaria em torno de 2,2 bilhões de reais; em 2019, 2,5 bilhões; e, em 2030, no auge do pré-sal, em valores de hoje do barril do petróleo, 6,5 bilhões de reais.

Essas iniciativas estão aqui neste Parlamento, mas falta centralidade para atuarmos, para trabalharmos a aprovação. Nós ficamos aqui na Comissão perdidos,



debatendo uma série de iniciativas. Não vou aqui tirar o mérito delas, mas falta centralidade, falta ação incisiva da Comissão, como corpo importante aqui dentro, no sentido de dizer: *"Nós queremos uma semana para votar as grandes questões da ciência brasileira"*. Nós chegamos a fazer a seleção de seis projetos. Eu coloquei essa discussão no primeiro semestre aqui nesta Comissão, fomos até o Presidente Rodrigo Maia, queríamos uma semana para votar projetos da ciência, inovação e tecnologia, e não conseguimos estabelecer uma semana.

Então, tem que haver uma centralidade desta Comissão, estratégias claras, Deputado Odorico, para que tenhamos efetivamente a produção daquilo que ajuda a destravar a inovação brasileira a partir do esforço do Parlamento brasileiro. Isso é muito importante.

Este debate hoje, proposto pelo nosso querido Deputado Odorico — fizemos em conjunto o requerimento —, visava exatamente isso. É mais uma iniciativa entre tantas que nós temos. Fizemos a discussão do eSocial na semana passada, fizemos a discussão do orçamento das universidades há 15 dias. O Jorge Guimarães tem participado dos nossos eventos aqui. Existe esse esforço.

Na semana passada, Deputado Sandro Alex, vimos o esforço da EMBRAPA de conseguir 100 milhões de reais para não paralisar as suas atividades e cumprir os seus compromissos este ano. Conseguiu trinta e poucos milhões com o MCTIC, acho que foram 35 milhões, outro tanto com o Ministério da Saúde, outro tanto com a área da educação através da CAPES, e vai conseguir fechar o ano sem paralisar suas atividades. Mas atua sempre no limite, que é pouco. Então, isso é muito ruim.

Por fim, para depois abrirmos a palavra para os demais Parlamentares, eu queria reforçar aqui, Gianna, o seguinte: tem que haver um enlace muito forte do Parlamento com a MEI. Eu estive na MEI com o Ministro. Tenho dito reiteradamente — falei isto com o Presidente Robson Andrade recentemente — que o Parlamento gostaria de ser convidado a ter um assento na MEI. A MEI, de fato, produz e tem tomado iniciativas relevantes na área. Ela reúne o setor produtivo, que é inovativo, mas nós não temos assento lá. Eu acho que o Parlamento deveria ter um, dois ou três assentos, uma forma de estar integrado à MEI e produzir junto com a MEI. Ou seja, seria uma forma de trazermos de lá para dentro desta Casa aquilo que o setor produtivo quer — trabalho com inovação —, pensa e necessita do povo brasileiro.



Nesse sentido, acho que vocês poderiam avaliar com a MEI como criar uma janela, um convite ou um espaço para o Parlamento brasileiro participar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Odorico Monteiro. PSB - CE) - Obrigado, Deputado Celso Pansera.

Não sei se o Deputado Sandro Alex quer utilizar da palavra. *(Pausa.)*

Então, vamos rapidamente passar para as considerações finais, em que cada um dos nossos convidados terá 1 minuto ou 2 minutos, no máximo.

Mais algum diretor quer falar? Acho que aqui estão os diretores, como o Márcio Girão.

Antes de passar para os convidados, tem a palavra o Sr. Márcio.

O SR. MÁRCIO GIRÃO - Boa tarde a todos. Eu só queria fazer uma pequena correção, Deputado Pansera.

Essa questão do fundo financeiro, na realidade, é uma defesa de todos os diretores. É lógico que eu apresentei ao senhor essa questão importante, mas o nosso ex-Presidente Marcos Cintra, reiteradamente, inclusive no Congresso brasileiro, já defendeu essa tese. É muito importante que ela seja aprovada, porque garante a permanência dos recursos. Mesmo quando há um certo contingenciamento, esse recurso fica à disposição da sociedade através da FINEP. Então, realmente, essa é uma questão muito importante.

Eu queria mencionar a Deputada Erundina e a Francilene em duas questões básicas: a da articulação e a dos impactos, de onde vamos parar. Estamos fazendo na FINEP três projetos que acho muito importantes. Já começamos esses três projetos há mais ou menos 1 ano. Um deles eu poderia até chamar de Projeto Sêneca, que diz: *"Se os ventos sopram e você não sabe para onde quer ir, não adianta, não há vento que lhe importe"*.

Nós estamos fazendo um primeiro *roadmap* da tecnologia nacional, com uma metodologia desenvolvida pelo pessoal da Universidade de São Paulo, os maiores especialistas do País. Já construímos três desses *roadmaps*: um na área financeira, um em medicina regenerativa e um na área de indústria 4.0. Francilene, como você falou, nós precisamos saber no tempo quais são as tecnologias que o País precisa fazer, em apoio à política industrial do País.



Outro projeto é uma plataforma tecnológica de integração e articulação entre os Institutos de Ciência e Tecnologia e as empresas, porque, em qualquer situação, é preciso cumprir duas condições: a necessária e a suficiente. Hoje o sistema de tecnologia brasileiro, que envolve as empresas, as universidades e os ICTs, tem, com certeza, as condições necessárias de desenvolver o País através da inovação. A condição suficiente, que aqui está faltando, que talvez tenha gerado o nosso baixo índice junto aos órgãos internacionais, ao índice global, é exatamente a articulação. A senhora tocou num ponto-chave. E a FINEP está desenvolvendo um projeto que permite essa articulação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Odorico Monteiro. PSB - CE) - Obrigado, Sr. Márcio Girão.

Com a palavra o Sr. Rennys, por favor.

Quero só colocar uma coisa importante: a questão da burocracia e do tempo de contratação. Acho que você poderia colocar como a FINEP está andando nisso.

O SR. RENNYS FROTA - Perfeito, Deputado Odorico. Pessoal da Mesa, na pessoa do colega conterrâneo, esse lutador pelas causas do Nordeste, pela ciência e tecnologia, pela saúde.

Venho muito rapidamente falar do esforço e dos resultados que todo esse ecossistema aqui produz.

Deputado Odorico Monteiro, é importante colocarmos que, mesmo num ano com todas essas dificuldades, quebramos uma lógica de 3 anos de queda de operações de crédito no Brasil como um todo. Este ano, nós estamos contratados já em 2,2 bilhões de reais em operações de crédito na FINEP. Temos mais 2,8 bilhões de reais em contratação. Há que se levar em consideração a briga dessa OS, que veio, na verdade, funcionar quase como a escalação da seleção brasileira das ICTs. Nós instrumentamos um grande número de estruturas de ciência e tecnologia, e, de repente, o Jorge vai lá no meio das ICTs e diz: *"Olha, essas aqui estão entregando muito bem e podem contribuir nesses assuntos específicos"*. E tem funcionado. Isso é um ecossistema, e tem funcionado de forma determinante.

A MEI tem feito articulações interessantes. No CONSECTI vamos agora, por exemplo, como novidade, mesmo nos escassos recursos de subvenção que temos, ousar fazer desafios, apontando itens estratégicos como os que são discutidos, para que possamos ser assertivos no que temos de recursos mais nobres. Isso tudo, Deputado, é



força de uma política articulada. O Ministério da Ciência e Tecnologia tem tocado nisso de maneira determinante. Isso tem funcionado como uma orquestra. Em que pese todo esse desafio colocado, todas essas dificuldades, o Brasil tem conseguido se superar frente à situação que aqui tem sido posta, Deputado Odorico Monteiro.

E vou levantar o último ponto que acho importante, do ponto de vista de gestão. Hoje, na FINEP, no último ranqueamento da Secretaria de Coordenação e Governança das Estatais — SEST, nós ficamos entre as 25 empresas com nível 1 de gestão. Éramos o nível 4. E somos a quarta melhor estatal, do ponto de vista de gestão na classificação da SEST.

É muito importante colocarmos isso para entendermos os esforços que foram feitos, de lá para cá, pelo Ministro Pansera, quando ainda Ministro, no sentido de azeitar a máquina. E a máquina está, sim, no ponto de acelerar para retomarmos o crescimento da indústria brasileira nos anos que vão vir.

O SR. PRESIDENTE (Odorico Monteiro. PSB - CE) - Obrigado, Sr. Rennys Frota.

Passo agora para o Sr. Jorge Mário, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para suas considerações finais.

O SR. JORGE MÁRIO CAMPAGNOLO - Rapidamente, quero agradecer o convite de poder participar de um importante evento como este. O Brasil não pode prescindir da sua ciência e tecnologia para o seu desenvolvimento. A Emenda 85 fala bem que a ciência e a tecnologia devem ser prioridades. Cumprir esse mandamento da nossa Constituição, da Emenda 85, é muito importante.

Respondendo à nobre Deputada Luiza Erundina, o Ministério mantém, sim. Hoje, está dentro do Departamento de Ciência, Tecnologia e Inovação Digital. Mantém os programas, como os CVTs — Centros Vocacionais Tecnológicos, os Arranjos Produtivos Locais, programas de segurança econômica e programas de ciência e tecnologia social. Portanto, está dentro do Departamento, na Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento, a SEPED.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Odorico Monteiro. PSB - CE) - Obrigado, Sr. Jorge Mário Campagnolo.

Passo a palavra, de imediato, ao Sr. Ronaldo, nosso Presidente da FINEP.



O SR. RONALDO SOUZA CAMARGO - Quero só fazer um agradecimento a todos os Deputados, especialmente ao Deputado Odorico Monteiro. Saio daqui, em nome da FINEP, muito contente. E ficarei mais contente ainda, em função da proposta da Deputada Luiza Erundina e do Deputado Celso Pansera, se nós tivermos efetivamente essa votação de emergência na questão do contingenciamento.

Mais importante do que isso, com todo o respeito — eu não fui eleito, os senhores é que têm mandato —, eu diria que é o PLS 315/17, do Senador Otto Alencar, que é o fundo financeiro, uma bandeira que nós construímos de 2016 para 2017. A partir do momento em que você monta o fundo financeiro, você automaticamente é obrigado a não contingenciar um centavo dos 16 fundos do FNDCT.

O SR. CELSO PANSERA (PT - RJ) - Se conseguirmos a urgência do Deputado Daniel Vilela, nós vamos pegar aquele texto como emenda de plenário.

O SR. RONALDO SOUZA CAMARGO - Excelente!

Então, vou sair daqui e fazer uma reunião com todos os diretores, superintendentes e gerentes que estão presentes, se V.Exa. autorizar, Deputado Odorico, para dizer que esta Comissão batalhará muito pela votação emergencial do PLP 358/17, do Deputado Daniel Vilela. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Odorico Monteiro. PSB - CE) - Sim, por favor.

O SR. RONALDO SOUZA CAMARGO - Muito obrigado. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Odorico Monteiro. PSB - CE) - Obrigado, obrigado.

Sra. Priscila, por favor, faça as suas considerações finais.

A SRA. PRISCILA LELIS - Agradeço, mais uma vez, o convite para esta participação, em nome da CAPES e do Ministério da Educação. Estamos à disposição para continuar nas discussões a respeito do que a CAPES pode fazer em relação à formação de recursos humanos para atender o setor privado, e não só o meio acadêmico, como tem sido feito.

O SR. PRESIDENTE (Odorico Monteiro. PSB - CE) - Obrigado.

Passo a palavra agora, para as considerações finais, ao Sr. Jorge Guimarães.

O SR. JORGE ALMEIDA GUIMARÃES - Também quero agradecer a oportunidade e elogiar a iniciativa dos nossos Parlamentares, tendo à frente o Deputado Celso Pansera. Quando acabou a outra reunião na área de ciência, eu falei: "*Deputado, nós precisamos fazer uma na área de tecnologia e inovação, porque há muita coisa*



acontecendo e os Parlamentares precisam saber como estamos". Eu acho que cumprimos esse papel.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Odorico Monteiro. PSB - CE) - Tem a palavra a Sra. Gianna, por favor.

A SRA. GIANNA CARDOSO SAGAZIO - Eu queria agradecer, mais uma vez, a oportunidade. Nós estamos totalmente à disposição para aprofundar esta discussão. Como eu falei anteriormente, nós reconhecemos os avanços que foram feitos, mas, quando nós fazemos uma comparação com outros países, vemos que infelizmente estamos ficando para trás em muitos pontos. Então, nós temos que correr. Essa assertividade de que os Deputados falaram, esse senso de urgência, de que as coisas têm que avançar, é muito importante para que o Brasil seja relevante no cenário internacional.

Deputado Celso Pansera, mais uma vez, eu vou levar essa sua manifestação ao meu Presidente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Odorico Monteiro. PSB - CE) - Obrigado.

Com a palavra a Sra. Francilene, por favor, para as suas considerações finais.

A SRA. FRANCILENE GARCIA - Agradeço aos Deputados presentes e reforço a questão da votação — viu, Deputado Pansera? —, porque nós acabamos de saber que a MP 851 provavelmente ficará para a próxima semana. Seria fundamental se pudéssemos incluir no pacote pelo menos três PLs altamente impactantes, a exemplo daquela do Deputado Otto e dos que já foram citados aqui. Ficamos à disposição e agradecemos, mais uma vez, a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Odorico Monteiro. PSB - CE) - Obrigado.

Concluindo os trabalhos, eu gostaria de agradecer a todos os presentes: Deputados, Parlamentares, assessores, profissionais da imprensa, público em geral. Mais uma vez, agradeço aos senhores palestrantes as importantes contribuições ao debate sobre o setor estratégico para o desenvolvimento econômico e social do País.

Informo que, a seguir, daremos início à reunião deliberativa extraordinária.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL - SP) - Pela ordem, Sr. Presidente. Requeiro novo painel.



O SR. PRESIDENTE (Odorico Monteiro. PSB - CE) - Deputada, eu gostaria de insistir, porque houve um acordo feito na sessão anterior. É muito importante nós mantermos esse acordo, porque há alguns projetos que precisam ser votados, inclusive o do Deputado que está aqui hoje em sua última sessão como suplente. Portanto, se pudéssemos manter o painel... Eu queria fazer este apelo à Deputada Luiza Erundina. Eu acho que não traz prejuízo. Foi um acordo anterior.

O SR. VALTENIR PEREIRA (MDB - MT) - Eu queria até pedir a palavra, Sr. Presidente.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL - SP) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Odorico Monteiro. PSB - CE) - Normalmente na quarta-feira nós temos as reuniões deliberativas da Comissão, mas, como entendíamos que era fundamental ser realizada esta audiência pública, levando em consideração que estamos na reta final da Legislatura, trouxemos hoje a audiência pública, digamos, sem detrimento da reunião. Portanto, eu queria fazer um apelo. Se a Deputada pudesse aceitar o acordo e nós mantermos...

A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL - SP) - Sr. Presidente, eu desconheço esse acordo. Além disso, nós já estamos com requerimentos de retirada das matérias que estão previstas na pauta para a reunião de hoje, se eventualmente a reunião ocorrer.

O SR. VALTENIR PEREIRA (MDB - MT) - Sr. Presidente...

A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL - SP) - São matérias complexas, e não dá para votá-las nos termos em que estão postas. É necessário um tempo maior para se refletir sobre elas.

O SR. PRESIDENTE (Odorico Monteiro. PSB - CE) - O que eu queria? Queria que começássemos a reunião deliberativa, mantendo o painel. E dentro do que for apresentando cada projeto, se for requerimento retirada, se for pedido de vista e tal...

O SR. VALTENIR PEREIRA (MDB - MT) - Vamos fazendo os acordos...

O SR. PRESIDENTE (Odorico Monteiro. PSB - CE) - ...os acordos que forem, digamos, naturais dos nossos processos deliberativos.

O SR. VALTENIR PEREIRA (MDB - MT) - Presidente, eu gostaria de fazer um apelo à Deputada Luiza Erundina. Inclusive, em relação a esse acordo da semana passada, nós havíamos pedido ao Presidente que colocasse de ofício na pauta, porque não foi possível entregar o relatório 24 horas antes. S.Exa. firmou um compromisso com o



Plenário — consultou o Plenário, e o Plenário concordou — de que manteria o painel. Seria feita a audiência pública e, após a audiência pública, mantendo-se o painel, seria analisado esse projeto importante, um projeto relatado pelo Deputado Professor Pacco.

O Professor Pacco assumiu o trabalho por 4 meses. Durante esses 4 meses, trabalhou a quatro mãos esse projeto, dialogando, conversando, articulando. Fez um requerimento na Comissão. Este projeto já estava comigo lá na CCJ, já estava pronto para ser pautado. Nós conseguimos trazê-lo de volta para a Comissão de Ciência e Tecnologia, para fazer esse debate. Portanto, há esse acordo nesta Casa.

Eu pediria à Deputada Luiza Erundina, Deputada atuante e muito respeitada, que compreendesse e também nos ajudasse, porque este é um projeto que fala do *telemarketing* e trata também das entidades filantrópicas. O projeto quer regulamentar os horários em que as empresas vendem serviços e vendem produtos, para não perturbar o consumidor, mas precisamos colocar que as entidades filantrópicas, que não obtêm lucro, não vendem serviço, não vendem produto — pelo contrário, contam com a solidariedade das pessoas, não têm relação de consumo —, têm que ser excetuadas. É preciso haver no projeto uma observação de tratamento diferenciado com as entidades filantrópicas, entidades de caráter social. Esse projeto trata deste assunto. Discutiríamos cada projeto, faríamos aqui um combinado e, de preferência, aprovaríamos esse projeto nesta Comissão. Eu faço este apelo.

O SR. PRESIDENTE (Odorico Monteiro. PSB - CE) - Vou passar a palavra para o Vice-Presidente, Deputado Sandro Alex, e queria reiterar o pedido.

Tem a palavra o Deputado Celso Pansera.

O SR. CELSO PANSERA (PT - RJ) - Digo o seguinte: uma coisa é a tentativa de acordo para votar o projeto, outra coisa é a pauta extensa que nós temos. Neste ponto, eu concordo com a Deputada Luiza Erundina. Se nós fizermos um acordo aqui para avaliar o projeto do Deputado que está saindo... Agora, em relação àquela pauta extensa, eu vou concordar com a Deputada.

O SR. PRESIDENTE (Odorico Monteiro. PSB - CE) - São somente quatro projetos.

O SR. CELSO PANSERA (PT - RJ) - Eu tenho pedido de retirada de pauta, vou pedir vista. Assim, não adianta fazer a sessão, eu prefiro que não se realize. Agora, se for feita para exclusivamente avaliar o projeto do Deputado, já que é a última sessão dele como suplente, nós concordamos, mas teria que haver um acordo com a Mesa.



O SR. PRESIDENTE (Odorico Monteiro. PSB - CE) - Eu vou passar a palavra para o Deputado Sandro Alex.

O SR. CELSO PANSERA (PT - RJ) - Hoje haveria só a audiência — inclusive, eu não estaria aqui hoje —, mas foi levantada, na hora do pedido de vista, a questão de colocar o projeto dele hoje. A pauta veio recheada.

O SR. BACELAR (PODE - BA) - Para ser bem sincero, ficou implícito, no acordo da semana passada, que votaríamos o projeto do Deputado Professor Pacco. O Presidente Goulart deixou muito claro: *"Nós ainda temos mais uma sessão em que o Deputado Professor Pacco vai estar aqui. Então, é possível ele deixar gravado nos Anais desta Casa a relatoria do seu projeto"*. É por isso que eu faço este apelo.

Se for o caso, vamos fazer um acordo, vamos votar apenas esse projeto. Eu peço a compreensão da Deputada Luiza Erundina para que possamos votar esse projeto de relatoria do Deputado Professor Pacco.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL - SP) - Olhe, Deputado, eu não estou fazendo um cavalo de batalha, ocorre que agora não vai ter eficácia essa decisão, esse acordo agora de não se pedir um novo painel. Sabe por quê? Porque há dois requerimentos retirando as matérias de pauta. Isso é um direito regimental das minorias ou de quem quer que seja. Não dá para votar essas matérias nos termos em que estão. É necessário um tempo maior para se analisar, para se conversar com os Relatores. Essa é a posição do PSOL. É fácil retirar meu requerimento de novo painel, mas a implicação disso é que nossos requerimentos já estão na mesa.

O SR. SANDRO ALEX (PSD - PR) - Deputados, o que nós tínhamos deliberado aqui na última reunião é que, além da audiência pública, tínhamos uma pauta de reunião extraordinária e também a deliberação do projeto do Deputado Pacco. Agora, regimentalmente, nesses projetos mencionados por V.Exas., cabe pedido de vista, que é regimental. Nós podemos iniciar a nossa reunião extraordinária, e eles vão entrar com pedidos de vista, ou seja, os projetos não serão deliberados no dia de hoje. Acredito que o Deputado Pacco sabe disso, que ao seu projeto cabe pedido de vista. Então, a Deputada Luiza Erundina pode já deixar o seu pedido de vista colocado, porque não será deliberado.

Acredito que isso atenda também a V.Exa., Deputado Professor Pacco. Não podemos fugir ao Regimento. De repente, V.Exa. pode fazer um acordo acerca da leitura



do seu parecer, mas cabe um pedido de vista, que já poderá ser feito anteriormente. Caso V.Exas. deliberem, podemos deixar os pedidos de vista concedidos. Não serão votados no dia de hoje.

O SR. CELSO PANSERA (PT - RJ) - Qual é o projeto?

O SR. PROFESSOR PACCO (PODE - DF) - É o Projeto de Lei nº 9.615, de 2018, que veio do Senado e veda *"a oferta telefônica de produto ou serviço a consumidor cujo número esteja inscrito em cadastro telefônico de proibição de oferta"*.

Deputado, na verdade, muitas pessoas, consumidores e cidadãos, relatam-nos que recebem até 30 ligações telefônicas de empresas ofertando produtos via telefone. Trata-se, na verdade, de uma incomodidade para o cidadão. Esse projeto foi construído para tirar essa incomodidade. Com certeza, esta Casa será aplaudida por isso.

O SR. PRESIDENTE (Sandro Alex. PSD - PR) - Deputado, eu quero propor um encaminhamento. Nós temos um acordo com a Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência de que, a partir das 14 horas, nós iremos desocupar o plenário. Vamos para o encaminhamento desses projetos que têm pedidos de retirada de pauta. Inclusive, o próprio Deputado Odorico Monteiro tem um pedido de vista.

Vamos conceder os pedidos de vista já a esses projetos, Deputada.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT - CE) - Não, não. Nesse aspecto, Deputado...

A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL - SP) - Por gentileza, o meu requerimento é o de retirada de pauta em três projetos. O de S.Exa. não está incluído.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT - CE) - Sim, retirada de pauta, não pedido de vista.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL - SP) - Mas eu mantenho os meus requerimentos. É um direito regimental e uma condição que eu tenho de me posicionar a respeito dessas matérias. Não dá para me posicionar, mesmo com o pedido de vista. Eu quero retirar a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Sandro Alex. PSD - PR) - Nós teríamos que encerrar a audiência pública para, então, iniciarmos a nossa reunião extraordinária e deliberarmos. Nós vamos seguir o Regimento, e é cabível a retirada de pauta. Pode ser feito um pedido de verificação, e também vai cair. O que nós estamos tentando é um acordo: que não seja votado hoje, mas que dê tempo de, ainda nesta Legislatura, S.Exa. apresentar o parecer. É um encaminhamento.



O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT - CE) - Sr. Presidente, pedido de vista não, porque só temos direito a um. Eu gostaria de sugerir — não sei se a Deputada Luiza Erundina concordaria com isto — que os pedidos sobre os quais não há consenso fossem retirados de pauta de ofício. E nós avançaríamos na pauta consensual. Assim, não derrubaríamos a sessão extraordinária.

O SR. ODORICO MONTEIRO (PSB - CE) - Há um projeto de minha autoria sobre o qual eu gostaria de pedir vista.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT - CE) - Mas a isso precede o pedido de retirada de pauta, Deputado Odorico Monteiro. Desculpe-me, mas nós queremos a retirada de pauta do seu projeto especificamente, até porque nós já debatemos sobre isso. Queremos debater mais.

O SR. PRESIDENTE (Odorico Monteiro. PSB - CE) - Eu vou encerrar a reunião.

Informo que, em seguida, daremos início à reunião deliberativa extraordinária, com o aproveitamento dos registros eletrônicos de presença, conforme acordo da última reunião deliberativa desta Comissão.

Está encerrada a audiência pública.